

QUEM É VOCÊ ?

análise de um pronome pessoal

Elaine de Fátima Alcará Corradello

Elaine de Fátima Alcará Corraddello

Quem é você?

análise de um pronome pessoal

Dissertação apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

UNICAMP

Instituto de Estudos da Linguagem

1997

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

0817q Corradello, Elaine de Fátima Alcará
Quem é "você"? análise de um pronome pessoal / Elaine de Fátima Alcará Corradello -
- Campinas, SP [s.n.], 1997

Orientador: Sírio Possenti
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem

1. Língua portuguesa - pronome. 2. Língua portuguesa - gramática. 3. Sociolinguística. 4. Pragmática. I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Sírio Possenti

Prof. Dr. Sírio Possenti - Orientador

Jonas de Araújo Romualdo

Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo

Maria Luíza Braga

Prof^ª D^ª Maria Luíza Braga

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por *Elaine de Fátima*

Alcari Carradella

e aprovada pela Comissão Julgadora em

21, 10, 97.

Prof. Dr. Sírio Possenti

“A América é ao mesmo tempo, uma, tríplice e múltipla, conforme o ponto de vista em que nos colocarmos”

Alceu Amoroso Lima, *A Realidade Americana*.

À

Vila São João,

pela beleza e pelo silêncio

Agradecimentos

A Sírío Possenti, em especial, pela orientação, pelo incentivo, pelo “presta atenção” e pelo aprendizado de todos estes anos.

Aos professores do IEL, por tudo que me ensinaram, e a todos os funcionários, pela eficiência e gentileza de sempre.

À Francisca, pela ajuda com os procedimentos do programa Varbrul.

Aos amigos Marcão, Marcão Storani, Oberdan, Cidinha, Tetê, Eneida, Lu e, especialmente, à Dedé, pela força e pelo incentivo.

Aos amigos do Mestrado, Lilian (Lili Paraná, para não me esquecer do Paulão), Eliane, Fran, Ronaldo e Fernanda, por nossa “afinidade partidária”.

Ao Kiko, por todo carinho e compreensão.

À minha família, querida e insubstituível.

Ao Jonas, pelas conversas e pela atenção sincera de sempre.

À Malu, pelos vários “toques” esclarecedores.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
PARTE I - De vossa mercê ao você indeterminador.....	12
1. Evolução histórica.....	13
2. As gramáticas tradicionais.....	23
3. Considerações finais.....	32
PARTE II - O você indeterminador.....	34
1. A indeterminação nas gramáticas tradicionais.....	35
2. Os recursos indeterminadores.....	41
3. Dos conceitos de indeterminação, generalização, indefinição e referência.....	42
4. O <i>corpus</i> de análise.....	46
4.1. Sexo e faixa etária.....	48
4.2. Situação de fala.....	51
4.3. Grau de formalidade.....	54
5. Considerações finais.....	59
PARTE III - Uma análise pragmático-discursiva do pronome	61
1. Perspectiva teórica.....	62
2. Uma discussão sobre referência e contexto de situação.....	67
3. Análise pragmático-discursiva do você	71
4. Recursos indeterminadores em outras línguas.....	88
5. Considerações finais.....	92
6. Summary.....	96
7. Bibliografia.....	97

RESUMO

O trabalho consiste em focalizar o pronome pessoal da 2ª pessoa do discurso, **você**, sob distintas perspectivas: gramatical, sociolinguística e pragmático-discursiva, tendo como objetivo defender que nem sempre o pronome pode ser analisado unicamente como fazendo referência ao interlocutor, porque ocorre no discurso, muitas vezes, como um indeterminador referencial, podendo ser entendido como a referência: a) ao próprio locutor; b) ao locutor, mais um grupo específico de pessoas, menos o interlocutor; c) a uma 3ª pessoa; e d) a referência ao locutor, mais interlocutor, mais “todo mundo”, “quem quer que seja”, indistintamente.

Gramaticalmente, com base nas definições de Gramáticas Normativas Tradicionais (GNTs), o pronome é classificado, pela maioria, apenas como um pronome de tratamento da 2ª pessoa, utilizado como forma íntima e familiar de tratamento, não sendo considerada a sua função indeterminadora no discurso, comumente usada pelos falantes do português do Brasil.

De uma análise sociolinguística (corpus do Projeto NURC) podemos conferir que são os falantes do sexo masculino, da primeira faixa etária, os que mais se utilizam do **você** indeterminador, especialmente em situações dialógicas e menos formais. Com efeito, é este último fator (grau de formalidade) o que mais propicia o uso do pronome em questão.

Pela análise pragmático-discursiva é possível chegar-se ao significado do pronome na instância discursiva, através da análise contextual, do posicionamento dos interlocutores, de suas intenções e de todas as estratégias que permeiam o discurso.

Palavras-chave: 1) Língua portuguesa - pronome; 2) Língua portuguesa - gramática; 3) Sociolinguística e 4) Pragmática

INTRODUÇÃO

A típica referência ao interlocutor representada pela segunda pessoa do discurso não se manifesta de forma unívoca quando se busca uma análise mais apurada do que realmente acontece na situação discursiva. O pronome **você**, com efeito, nem sempre refere o interlocutor, a 2ª pessoa do discurso, mas pode referir, em certas instâncias discursivas, um interlocutor indefinido, que tanto pode significar a) a referência ao locutor, mais interlocutor, mais “todo mundo”, indistintamente; b) a referência ao locutor, mais um grupo específico de pessoas, menos o interlocutor; c) a referência ao próprio locutor, e d) a referência a uma terceira pessoa.

O uso indeterminador do pronome em questão é extremamente comum no português falado do Brasil, embora isso não seja reconhecido pelo tradicionalismo gramatical. Na verdade, mesmo nas gramáticas atuais, como veremos, o pronome é definido e apresentado apenas como o pronome de tratamento da 2ª pessoa, substituto do **tu**, circunscrito ao tratamento íntimo e familiar, e que alterna com **o senhor**, **a senhora**, usados no trato cerimonioso ou deferente.

Queremos mostrar que a sua verdadeira natureza, assim como a de todos os pronomes pessoais, é peculiar, estratégica, não-homogênea, e a referência de um pronome como **você**, um dêitico, só pode ser satisfatoriamente definida quando se analisam elementos pragmático-discursivos que revelam a sua significação nos diversos contextos de produção.

A própria não-homogeneidade do pronome, por sua vez, não nos permitiu uma análise sob um único ponto de vista, porque um tratamento puramente gramatical, ou que se detivesse apenas nas questões sociolinguísticas ou, ainda, semântico-pragmático-discursivas, não

forneceria o material suficiente para uma análise que objetiva melhor compreender a verdadeira natureza e função do pronome.

Esclareçamos, porém, que não pretendemos a exaustividade, se é que seria possível atingi-la. Propomo-nos, na verdade, a abarcar o maior número possível de informações sobre um fato lingüístico e analisá-lo sob distintas perspectivas (gramatical, sociolingüística e pragmático-discursiva).

Organizamos, assim, a dissertação em três partes. A primeira segue breve busca da “história” do pronome e das definições que as gramáticas normativas tradicionais (GNTs) atribuem ao pronome pessoal de tratamento da 2ª pessoa, **você**, de sua origem, seu lugar na teoria gramatical. Na verdade, partimos à procura de pistas que pudessem indicar os possíveis motivos pelos quais o pronome acrescenta, à sua típica função de pronome de 2ª pessoa, a de um indeterminador com valor de terceira pessoa.

A segunda parte focaliza a indeterminação e também busca, em primeira instância, as definições de algumas GNTs, as quais, em sua maioria, atestam apenas os dois clássicos tipos de indeterminação: a terceira do singular dos verbos intransitivos acompanhada de *se* e a 3ª do plural “despronominalizada”. Recorremos, dessa forma, a outras teorias e a outros trabalhos de lingüística que também se ocuparam da indeterminação, interessando-nos, especialmente, notar a semelhança entre as distintas teorias no que diz respeito à relevância do contexto discursivo.

Procedemos, em seguida, a uma análise sociolingüística, tomando por base uma pequena análise distribucional-quantitativa (*corpus* do NURC), no intuito de detectar possíveis fatores condicionantes que favorecessem o uso do indeterminador. Analisamos apenas quatro grupos de fatores: situação de fala, sexo, faixa etária e grau de formalidade, em 18 inquéritos. Trata-se, assim, de uma abordagem simples, de um *corpus* limitado, mas que pareceu suficiente

para o que queríamos sublinhar, ou seja, que fatores sociais também influenciam no uso do indeterminador.

A terceira parte inicialmente circunda o espaço teórico que julgamos melhor corresponder às expectativas de análise do pronome indeterminador e apresenta algumas noções gerais a respeito da referência e de contexto de situação, antes de partir para a análise qualitativa das ocorrências.

O ponto de vista teórico adotado não é, talvez, tão claro e preciso, por se entrecruzarem questões pertinentes à Análise do Discurso e à Pragmática, já que não foi possível pensar no discurso sem imediatamente relacioná-lo ao uso e à situação na qual é proferido.

O estudo do uso pertence, via de regra, aos domínios da Pragmática, assim como o fenômeno da dependência contextual e da referência, questões estas imprescindíveis à nossa investigação. Entretanto, é o discurso o lugar teórico que melhor pode explicar a natureza e função do pronome. A significação que o indeterminador adquire em certos enunciados está assegurada pela complexa rede de interligações que é o discurso. A relação que se estabelece entre um locutor, quando se dirige a um interlocutor, visando a efeitos de sentido, num determinado contexto de situação, constitui a mola propulsora do discurso. Analisar tal relação, assim como todos os fatores pragmáticos, sociais e extralingüísticos que intervêm neste espaço concreto e efetivo do ato lingüístico, constitui o pano de fundo para a análise do indeterminador.

Procedemos, assim, a uma análise pragmático-discursiva de alguns enunciados, na tentativa de depreender a referência do pronome, tomando por base os fatores acima mencionados, e respondermos às possíveis perguntas que movem a análise: Quem é *você*? Como pode ser interpretado no enunciado? Para quem é a referência?

Enfim, como se trata de uma tríplice abordagem, vários foram os objetivos pretendidos, mas, em suma, entre eles estava o de ir ao encaço do indeterminador, em busca de sua verdadeira natureza e função.

P A R T E I
DE VOSSA MERCÊ AO VOCÊ INDETERMINADOR

Esta primeira parte tem como intuito a tentativa de uma introdução histórica do pronome **você**, partindo em busca de precursores que pudessem esclarecer as origens desse pronome na língua portuguesa.

Cumpre-nos dizer, no entanto, que tal investigação não é de cunho propriamente histórico. Também não se trata de uma análise geral da bibliografia existente. Tentamos um traçado genérico das informações obtidas, com o fim de apresentar o pronome e sua história, sobretudo pertinente para melhor compreendermos a nítida “imprecisão pessoal” com que o pronome sempre foi classificado pelas gramáticas tradicionais.

Em segundo lugar, ocupar-nos-emos de uma também não exaustiva apresentação e ordenação do que elas dizem sobre o tema. Não se trata, no entanto, de uma revisão crítica e detalhada do que a tradição gramatical consagrou nos capítulos referentes aos pronomes pessoais, mas simplesmente de rever alguns conceitos, priorizando a hipótese de uma permanente inconsistência definitiva que tem seus reflexos desde a origem do pronome.

1. Evolução histórica

Mercê, a mim, Mercê? Mercê? Maroto
atrevido, insolente! Vai-te embora!
Tu não sabes falar? (Correia Garção)

A maioria dos gramáticos, etimologistas, filólogos e estudiosos que analisaram a origem do pronome **você** na língua portuguesa afirma que ele é uma “simplificação” do antigo pronome de tratamento **vossa mercê**, que começou a ser utilizado no século XIV, em Portugal, como a forma de tratamento própria para o rei¹.

Vossa mercê² surge em substituição ao **vós**, o qual perdera o antigo brilho como tratamento exclusivo da Divindade e dos soberanos, devido à generalização de seu uso entre as pessoas, o que fez com que se criasse um outro tratamento para distinguir a realeza dos demais. Surge, então, **vossa mercê**, que, à semelhança do **vós**³, também passa por um processo de “vulgarização”, pelo mesmo motivo: passa a ser usado como forma de tratamento para várias outras pessoas e não mais somente para o rei.

Vossa mercê, mesmo antes desse processo, não se instalou como forma exclusiva do tratamento real. As formas **vós** e **senhor** continuam a expressar as noções de acatamento e reverência associadas ao rei até a segunda metade do século XV, como podem mostrar os textos medievais: crônicas, novelas de cavalaria e os vários documentos da época.

¹ O tratamento **Vossa Mercê** para o rei surge nos fins do século XIV; por volta de 1468 passa a **Vossa Alteza**, e somente em 1597 é possível assinalar o tratamento **Vossa Majestade** para o rei e para a rainha.

² De acordo com Nascentes (1956), **mercê** significa “pagamento”. Uma espécie de recompensa que o rei dava aos súditos pelos bons serviços prestados. Dessa maneira, o tratamento relacionava-se a esse tipo de atribuição única da realeza.

³ **Vós** tão logo caiu em desuso, quer para denotar a pluralidade de pessoas, quer como tratamento de polidez, e no Brasil, atualmente, só aparece nas preces, no estilo oratório, na poesia, nos ofícios.

O cuidadoso trabalho de Luz (1956) oferece numerosos exemplos em relação a estas formas, nas mais variadas circunstâncias (cumprimentos, saudações, na linguagem solene, tratamento de rei para rei, da rainha para o rei, etc.), e permite ainda concluir que **vossa mercê**, como tratamento real, não só disputa espaço com as formas **vós** e **senhor** mas também com as novas expressões de reverência como **vossa senhoria**, que logo tem privilégio sobre **vossa mercê** e **vossa alteza**.

A venerável carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rey Dom Manuel traz os tratamentos **vossa alteza** e **senhor**, e observemos, aqui, um trecho no qual é possível notar que a concordância se dá em terceira pessoa, como acontecia com o **vossa mercê**:

Eu creio, Senhor, que ainda não dei conta aqui a Vossa Alteza da feição de seus arcos e setas. Os arcos são pretos e compridos, as setas também compridas e os ferros delas de canas aparadas, segundo Vossa Alteza verá por alguns que - eu creio - o Capitão a Ela⁴ há de enviar.

Luz assinala que, na Espanha, por um certo período, o tratamento **senhor** foi agradável ao rei e considerado mais conveniente pelas pessoas que dele se aproximavam. A lei filipina de 1597⁵ prescrevia que a forma **senhor** deveria ser exclusiva ao rei: “*Ordeno e mando, que alto das cartas, ou papéis, que se me escreverem, se ponha: Senhor, sem outra cousa.*”

Houve, na verdade, muitas “confusões” com as formas de tratamento, especialmente entre os fins do século XIV e a segunda metade do século XV, que parece diminuir com a entrada das expressões **vossa majestade** e **vossa excelência**.

⁴ Notemos que o tratamento é dirigido ao cargo (**Alteza**) e não propriamente à pessoa do soberano (**Vós**).

⁵ A lei de Filipe II está editada nas *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de Antonio Caetano de Souza, VI, Lisboa, 1745, pp. 287-290.

O problema, para Nascentes (1956), é que no século XIV **vossa mercê** ainda não chegara a cristalizar-se em expressão pronominal. Os pronomes **vós**, **vosso** e o verbo na segunda pessoa do plural continuavam a expressar a noção de acatamento e reverência, e, com a entrada de **vossa mercê** na posição da terceira do singular, dirigida à segunda pessoa, as confusões e oscilações de sentido fazem-se presentes. **Mercê** perde seu sentido primeiro, como observa o autor: "*Confundem-se muitas vezes as noções de causa e efeito. Mercê denota ora o ato de bem fazer, ora a vontade de quem pratica.*"

O trecho final da carta de Pero Vaz pode ilustrar melhor tais oscilações de sentido:

E pois que, Senhor, é certo que, assim, neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro - o que d'Ela receberei em muita mercê.

Além das alterações de sentido, **vossa mercê** também alternava, às vezes num só parágrafo, com as formas **vossa senhoria** e **vossa alteza**, como mostra Luz, numa passagem:

Bem sabe a vossa alteza (...) depois que vossa mercê ordenou (...) recebermos (...) de vossa senhoria grandes mercês...

Carvalho (*apud* Luz, 1956) lembra que a confusão de **vós**, mesmo entre as pessoas presumivelmente cultas, é com as locuções pronominais **vossa senhoria**, **vossa excelência** e **senhor**, e comenta que um diretor de escola se celebrizou não apenas por sua loquacidade, mas especialmente porque empregava na mesma peça oratória todos os tratamentos que conhecia.

O trabalho de Cintra (1925) também documenta a "mistura" das formas nesse período e afirma ser a rápida expansão do tratamento cortês, como **vossa senhoria** e **vossa excelência**, o maior influenciador no processo gradual de "decadência" de **vossa mercê**.

Para o autor, a confusão prolonga-se ainda com a rápida extensão do tratamento aos fidalgos, barões, duques, condes e demais freqüentadores notórios da Corte portuguesa e, por último, à “gente do povo”, que acabou também se familiarizando com o tratamento. Tal extensão fez com que, já no século XVII, **vossa mercê** se tornasse insuportável como tratamento para a nobreza, e muito mais pelas formas fonéticas como **vossancê** ou **vacê**, haja vista que o tratamento se estendera a uma boa camada de inferiores⁶. O seguinte diálogo entre o burguês D. Gil e o seu aio Afonso, em *Auto do Fidalgo Aprendiz*, de D. Francisco Manuel de Melo, escrito em 1646 (*apud* Cintra), é um bom exemplo:

Afonso: Que manda Vossa Mercê?

Gil: Que tendeis mais cortesia!

Afonso: Que mandais? A Senhoria

Gil: não sei para quando é...

Não poderíamos deixar de lembrar das comédias e farsas de Gil Vicente, de onde se podem extrair os melhores exemplos para retratar a linguagem falada em Portugal na primeira metade do século XVI. Nessa época, **vossa mercê** ainda era usado pelos criados quando se dirigiam aos patrões ou quando o personagem desejava mostrar-se especialmente cortês. Na farsa *Quem Tem Farelos* o escudeiro pobre e namorado Ayres Rosado, que trata habitualmente a sua pretendida Isabel por **vós**, num momento em que pretende ser o máximo cortês para que esta não o abandone, usa **vossa mercê**:

⁶ Na Espanha **usted** substituiu **vos** como forma cortês de tratamento. No começo do século XVII tratar de **vos** um fidalgo corresponderia a uma ofensa. O processo é semelhante ao **vossa mercê**

Senhora, não vos ouço bem...
Oh! Que vos faço eu aqui?...
Não vos vades Isabel!
Está Vossa Mercê i?
Nunca tal mofina vi!
(apud Cintra, p. 58)

Enfim, já no século XVII houve a “vulgarização” de **vossa mercê**, que já não mais era o rei, nem a nobreza, mas o povo, que a assimilou rapidamente e, “do uso e abuso da fórmula”, como quer Ali (1971), nasceu a variante **você**.⁷

A transformação de **vossa mercê** passa, todavia, por etapas intermediárias e surgem diversas variantes dialetais que impedem que se trace um plano exato de mudança, mas, generalizando, com base nas várias definições que investigamos, a transformação foi a seguinte: **vossa mercê**>**vossemecê**>**vosmecê**>**você**.

Cintra (*op.cit.*) registra que a forma **você**, “salvo erro”, foi encontrada pela primeira vez pouco antes de 1666, em *Feira de Anexins*, de D. Francisco Manuel de Melo (p. 196 da ed. de 1916), por José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, II, p. 2180b.

No Brasil, surgiu, provavelmente, nos fins do século XVIII, como afirmam alguns autores, mas não encontramos nenhum documento que afirmasse com certeza a época.

⁷ O tratamento **você**, no Brasil, até meados do séc. XIX, circunscreve-se ao tratamento de superior para inferior, passando a tratamento íntimo e familiar, provavelmente, na virada do séc. XIX para o XX, de acordo com Biderman (1972). Em Portugal acontece o contrário: **tu** é o tratamento geral da intimidade entre familiares e amigos e **você** é usado como tratamento igualitário ou de superior para inferior. Ainda na década de 80, a sociedade portuguesa não admitia o uso de **você** de inferior para superior (em idade, classe social ou hierarquia). No Brasil, atualmente, pode-se dizer que ainda em alguns lugares e circunstâncias não se admite esse tratamento.

Para Biderman (1972), **você** como tratamento intermediário entre **tu** e **vossa mercê** surgiu, provavelmente, no século XVIII. Entretanto, a autora acredita que pela coexistência com **vossa mercê** no século XVIII, a forma não teria derivado de **vossa mercê**, como pretendem alguns etimologistas, entre eles José Pedro Machado. A base na qual a autora se ancora é que as inúmeras variantes de **vossa mercê**, levantadas por Plà Carceres na literatura dos séculos XVI, XVII e XVIII, apontam para outra hipótese: a de que o tratamento **vossa mercê** deve ter sido importado da Espanha, já que Portugal, no final do século XVI e na primeira metade do século XVII, estava sob o domínio espanhol. Das inúmeras variantes levantadas por Plà Carceres, ela acredita que **você** simplesmente represente uma daquelas variantes que circulavam por toda Península Ibérica.

No Brasil, atualmente, o pronome é utilizado quase em todo o território, em substituição ao **tu**, que ainda sobrevive em algumas regiões do Norte e extremo Sul, como observa Cintra (1985). Apesar de não termos encontrado documentos recentes que atestem esta distribuição, sabemos (empiricamente) que o **tu** é também utilizado em outras regiões do Sul, Rio de Janeiro e da Baixada Santista.

São inúmeras as variantes do **você** registradas: **mecê, ocê, cê, mincê, oncê, sucê, suncê, vassuncê, vacê, vamecê, voncê, vossemecê, vosmincê, ucê, vansmincê**, entre outras, mas, como bem lembra Nascentes, só quando tivermos o *Atlas Lingüístico do Brasil* será possível localizar exatamente todas as variantes.

A literatura, com efeito, apesar de não constituir-se em fonte completamente confiável, é o melhor meio para a identificação das variantes em determinadas comunidades. É através da linguagem das personagens que podemos ver representada a constituição das sociedades, com base nas formas de tratamento entre os indivíduos.

As obras de Taunay, Catulo Cearense, Cornélio Pires, Jorge Amado, Guimarães Rosa, entre tantas outras, são os documentários sobre as formas de tratamento e das diversas variantes espalhadas, especialmente, pela zona rural.

Certamente, o que aconteceu em Portugal também no Brasil se poderia registrar. O uso das formas derivadas tem o seu desprestígio nas grandes cidades pelo fato de corresponderem ao linguajar simples, interiorano ou sertanejo. Observemos os exemplos:

Vosmecê achou, doutor, algum perigo no que tem aquele anjinho?

(Taunay, *Inocência*)

Vancê garre no seu pinho, que eu sou bicho rinitente

(Catulo Cearense, *Alma do Sertão*)

Vacê num acha que o Dorvalino tá taiado prá casá co'a Marica?

(Cornélio Pires, *Conversas ao Pé do Fogo*)

A mistura dos tratamentos também é comum, como podemos conferir nestes exemplos :

Tu não toma jeito de gente? E tua mulher como vai? Tu precisa procurar Lourival, ele tem trabalho pra você, vai abrir um negócio..

(Jorge Amado, *Os Pastores da Noite*)

Uma passagem de Guimarães Rosa, em *Primeiras Estórias*, é curiosa, não só pela mistura das variantes, mas pela gradação com que são enunciadas pelo personagem:

(...) Nossa mãe, a gente achou que ela ia esbravejar, mas persistiu somente alva de pálida, mascou o beíço e bramou: - 'Cê vai, ocê fique, você nunca volte!"

(*A Terceira Margem do Rio*)

Retomando, **você** nasce, como vimos, de um processo gradual de “decadência” fonética e semântica fortemente influenciada pelas relações sociais estabelecidas em determinadas épocas. Sem dúvida, o processo de mudança lingüística está intimamente ligado às mudanças sociais, o que não quer dizer que outros fatores não interfiram nesse processo. Apesar de a nossa perspectiva voltar-se menos à questão morfossintática, reconhecemos que, de certa forma, a ampla incorporação de **você** também é favorecida pelo desaparecimento dos pronomes **vós** e **vos**, **vosso(s)** e **vossa(s)**, que deram lugar ao **você** e a um novo tipo de construção sintática. Por outro lado, especialmente no Brasil, praticamente desaparece o pronome de segunda, o **tu**, que também teve o seu plural **vós** substituído por **vocês**, o que acarretou uma significativa alteração no quadro pronominal. Esta questão é muito bem descrita em Lemos (1991), o que nos fez optar por deixar expressas as suas palavras:

Com a entrada de **você** no lugar dos pronomes do caso reto e oblíquo acarretou um sério desequilíbrio: a função semântico-pragmática, remetendo à segunda pessoa do discurso, destoa da morfossintaxe do verbo, que se mantém na terceira pessoa, ao mesmo tempo, as desinências verbais antes associadas a **vós** se tornaram obsoletas. A extinção de **vosso(s)**, **vossa(s)** rompeu analogamente a simetria do sistema dos possessivos, que passou a lançar mão não de processos analíticos, como a expressão genitiva de **vocês**, como: Eu chamo bem a atenção de **vocês** sobre isso.... Além de tal recurso analítico não se correlacionar formalmente com os demais pronomes (**meu**, **teu**, **seu**, **nosso**) instaura-se um novo tipo de comportamento sintático. Diversamente das formas sintéticas, que concordam em gênero e número com o objeto possuído, as analíticas concordam, e apenas em número, com o(s) possuidor(es) (p. 333).

Contudo, a generalização do pronome **você**, segundo o nosso ponto de vista, provém de uma transformação que se baseia, em primeiro lugar, em fatores sociais e de intersubjetividade lingüística que, conseqüentemente, implicam mudanças no comportamento sintático.

Insistimos na idéia de que, na relação tratamental, são as relações sociais as principais determinantes da escolha de um ou outro tratamento. Basicamente, a questão sempre esteve ligada ao grau de aproximação ou distanciamento entre interlocutores, seja por alguma relação hierárquica (profissão, grau de instrução, idade, parentesco, etc.) seja por outras razões, como respeito ou reverência, fatores de ordem psicológica (ironia, desprezo, cólera), entre outros.

Câmara (1983) registra que já no latim clássico o sistema relacional dos pronomes pessoais se dá em função de maior ou menor deferência para com o ouvinte. O genitivo com desinência de singular (**nostri, uestri**) era usado para o emprego de **nos**, para um só falante, e **uos** para um só ouvinte, porém, **uos** passou a ser, também, o tratamento que assinalava maior deferência para com o ouvinte.

Os pares **tu/vous**, do francês; **tu/lei** do italiano; **tu/usted** do espanhol; também são da mesma natureza, para o tratamento íntimo e o cortês⁸.

O trabalho pioneiro de Brown & Gilman (*apud* Lemos, 1991), elucida bem a questão da influência dos papéis sociais na escolha dos pronomes de tratamento. Das diversas línguas analisadas, desde as sociedades medievais até as modernas ocidentais, os autores concluíram que o processo tratamental está relacionado a dois fatores: poder e solidariedade. No primeiro está contida a noção de autoridade, quando duas pessoas não têm o mesmo poder numa mesma situação, e prevalecem as relações assimétricas; o fator solidariedade privilegia as relações simétricas, quando há o uso recíproco de tratamento, geralmente movido pela identidade de objetivos e intimidade entre interlocutores. Essas duas categorias básicas são representadas por

⁸ O francês é uma das línguas que menos sofreu alteração no esquema de tratamento. O par **tu/vous** desde a Idade Média, representa a mesma simetria: **tu** - superior para inferior, e **vous** - de inferior para superior, ou entre iguais. No espanhol, **usted** substituiu **vos** como forma cortês de tratamento nos séculos XVI e XVII. Neste último, **vos** passa a denotar dois valores: 1) tratamento dado a um inferior; 2) tratamento entre íntimos.

T e V (**Tu** de intimidade e **Vous** de formalidade).

No Brasil, atualmente, **você** é usado tanto em relação simétrica, indicando íntimos e/ou iguais, quanto assimétrica, em relação ao tratamento de superior para inferior. No Brasil também é cada vez mais comum o uso de inferior para superior, seja em relação a faixa etária, classe social ou qualquer outra relação hierárquica. Contudo, as formas opostas **o senhor**, **a senhora** são as formas de cortesia ou respeito, que também nascem por uma necessidade de diferenciação entre indivíduos⁹.

O esquema de Brown & Gilman poderia ser representado dessa forma:

relações assimétricas: **você - senhor**

simétricas: tratamento íntimo: **você - você**

tratamento deferencial: **senhor - senhor**

São vários os autores que se dedicaram à análise das formas de tratamento. Sugerimos, como fonte, o trabalho de Lemos (1991), no qual se pode encontrar uma boa quantidade de resenhas e também uma bibliografia considerável sobre a questão.

⁹ Não podemos, entretanto, afirmar que o sistema binário **você/ o senhor** corresponde unicamente às relações de intimidade, deferência ou cortesia. Como lembra Luft (1985), se o tratamento usual é **você** (familiar), o emprego de **o senhor** ou **vossa excelência**, por exemplo, podem denotar ironia. O autor ainda observa, tomando por base as suposições de Nascentes (1952), que o uso de **tu** é evitado pelos brasileiros por “doer-lhes o ouvido talvez por causa do **u**”(p. 203). Oliveira e Silva (*apud* Cintra, 1985) sugere também que **o senhor** não ocorre somente em função de cortesia, mas como desejo de distanciamento de superiores para inferiores, como no caso do tratamento de pais para filhos.

2. As Gramáticas Tradicionais

Não é novidade o comentário de que a língua está longe de se apresentar como fato homogêneo: ela varia de acordo com os mais diversos fatores de ordem sócio-espácio-temporal, com as intenções do falante, com elementos da situação concreta de comunicação. Sem dúvida, a precisa descrição de um fato lingüístico está intimamente ligada à maneira com que estas questões são avaliadas e, na maioria das vezes, essa tarefa deixa muito a desejar. É o que nos mostram as gramáticas tradicionais, alguns manuais e compêndios quando sistematizam algum fato da língua portuguesa.

Uma simples passagem por algumas definições já nos permite observar a inconsistência com que são apresentadas e a cansativa dedução de que todas são nada mais que cópias ou paráfrases de trabalhos anteriores; pouco acrescentam porque outros pouco acrescentaram.

Lembremos que nosso propósito não é criticar essas gramáticas, mas simplesmente selecionar alguns conceitos e definições do pronome **você**, na tentativa de rever o seu lugar na teoria gramatical e mostrar que a própria imprecisão definitória tem sua razão de ser na incompatibilidade entre pessoa e concordância, ou seja, o pronome concorda com a segunda pessoa do singular, mas, quanto ao verbo que acompanha o pronome a concordância se dá com o paradigma da terceira pessoa.

A controversa questão tem origem, como vimos, na antiga construção do pronome de tratamento **vossa mercê**, quando a regra é a concordância do substantivo de qualidade **mercê**, “e não com o possuidor de tal qualidade” (Bergo, 1959, p.92).

São poucos os autores que trazem a origem do pronome como resultado da transformação de **vossa mercê**. Geralmente, definem-no juntamente aos pronomes de tratamento, e acompanhados de **o senhor**, **a senhora**, as formas de cortesia e respeito opostas a forma familiar e íntima **você**. Separamos algumas definições que trazem a transformação:

Vossa mercê se transformou em **vossemecê**. De **vossemecê** se passou a **vosmecê** e desta forma por intermédio das formas hipotéticas **vosm'cê** e **voscê**, se fez **você**, que ainda se alterou para **ocê** e finalmente para **cê**

(Nascentes, 1956)

O pronome **você** era antigamente o tratamento de respeito **Vossa Mercê**. A evolução deve ter sido a seguinte: **Vossa Mercê** >**vossemecê** > **vosmecê**> **você**.
(p:255)

(Coutinho, 1976)

Você é a condensação de **vossemecê**, ambos provindos de **Vossa Mercê**". A forma **senhor** - quando há pouca ou nenhuma familiaridade entre os interlocutores.

(M.Rodrigues Lapa, 1975)

Você é, nem mais nem menos, a forma atual, resultante da evolução de **Vossa Mercê**.

(Aires da Mata M.Filho,1964)

Você - contração da locução **vossa mercê**, através da forma **vosmecê**, mutilada pela rapidez da pronúncia.

(Antenor Nascentes, 1952)

Hoje **você**, contração do antigo tratamento **vossa mercê**, substitui o pronome **tu**, e aplica-se às pessoas de condição igual ou inferior à que fala. O plural é **vocês**. Leva o verbo à terceira pessoa e requer nesta os pronomes oblíquos e possessivos.

(Cláudio Brandão, 1963)

Esta última definição de Brandão, como podemos notar, é mais informativa do que as anteriores, mas não determina claramente que se trata de um pronome de 2ª pessoa. O autor expõe que a concordância verbal se dá em 3ª pessoa, mas também não comenta o porquê de um pronome de 2ª levar o verbo à 3ª, o que parece ter sido a razão para alguns autores não afirmarem que o pronome é de 2ª.

Na seguinte definição de Bueno (1958), o pronome é classificado, juntamente a outros pronomes de tratamento, como pronome de 3ª pessoa:

Pronomes de referência ou expressões de tratamento: **Sr., Sra., você, V. Sra., V.s., V.m., etc.** — representam, na frase, o interlocutor, a pessoa a quem nos dirigimos ou com quem falamos, pertencendo à terceira pessoa, muito embora sejam empregados pela segunda. Por serem de terceira, exigem que o verbo também esteja nesta mesma pessoa, segundo as boas normas de concordância do predicado com o sujeito. (p. 162)

Ora, se os pronomes representam o interlocutor, por que seriam de terceira? Tal deslize não cometeu o Dr. Alfredo Gomes, em *Grammatica Portuguesa* (1913), na qual o autor afirma, categoricamente, que o pronome é realmente de 2ª pessoa:

No portuguez, **vós** é ainda indicador de respeito: o uso comum adoptou **você**, como o espanhol **usted**.

Você, vossa mercê, O senhor, V. Sria, Vossa Exc., Vossa Alteza, tratamentos de que usamos para com as diversas pessoas às quaes nos dirigimos, segundo o gráo de familiaridade ou cerimonia que temos com elles, são verdadeiros pronomes ou locuções pronominais de segunda pessoa, porque exprimem a pessoa a quem nos dirigimos, com quem falamos: são também pela sua origem pronomes de respeito.

A tradição gramatical deu continuidade à classificação de **você** como pronome de tratamento da 2ª pessoa, que leva o verbo à 3ª, mas a simples questão de que o pronome concorda com a 3ª pelo fato de que num momento anterior **você** era **vossa mercê** e a concordância se dava pelo substantivo de qualidade mercê e não com a 2ª pessoa não vem expressa, na maioria das vezes. Tal omissão, como podemos perceber, abre espaço à pergunta: se é um pronome de 2ª pessoa, por que o verbo concorda com a 3ª? Exceção à regra da língua?

Notemos as definições:

Há alguns pronomes de segunda pessoa que requerem para o verbo as terminações de terceira. Tais são: **você, vocês** (tratamento familiar), **o senhor, a senhora** (tratamento cerimonioso), e, acompanhados de seus plurais, os chamados 'pronomes de reverência': **Vossa Senhoria** (para os funcionários graduados), **Vossa Excelência** (para as altas autoridades do governo)(...)

(Rocha Lima, 1972)

Além dos pronomes pessoais, há os de tratamento: **você** (familiar); **senhor** (respeito)

Embora os pronomes de tratamento se refiram à segunda pessoa exigem o verbo na terceira

(Hildebrando A. André, 1982)

Pronomes de tratamento - Obs: **você** (plural **vocês**) - usado no trato familiar e íntimo, é a redução de **vossa mercê** . (p. 112)

São pronomes de segunda, mas se usam com as formas verbais da terceira (p. 114)

(Domingos P. Cegalla, 1980)

Os pronomes de tratamento **você** , **V. Exa.** , **V. Sra** , embora representem a pessoa com quem se fala (segunda), levam o verbo para a terceira pessoa.

(Almeida Torres, 1967)

Outros autores definem-no como forma de tratamento indireto, o que é uma maneira de explicar, indiretamente, a irregularidade de um pronome de 2^a concordar com a 3^a :

Existem ainda formas de tratamento indireto de segunda pessoa que levam o verbo para a terceira. São os chamados pronomes de tratamento **você** , **vocês** (tratamento familiar) e **senhor** (tratamento cerimonioso). A estes pronomes de tratamento pertencem as formas de reverência que consistem em nos dirigirmos às pessoas pelos seus atributos ou qualidades que ocupam. **Vossa Alteza** para príncipes, duques...

(Evanildo Bechara, 1963)

São de segunda pessoa indireta os pronomes que embora se refiram à pessoa com quem se fala, levam o verbo para a terceira pessoa; **você** , **o senhor** , **vossa senhoria** , etc.

(Adriano da Gama Kury, 1972)

Além dos pronomes de tratamento direto **tu** e **vós** criou-se o tratamento indireto **você**, **Vossa Senhoria**, **Vossa Alteza**, **o doutor**, **o amigo**, etc. Pronomes de tratamento ou de segunda pessoa indireta: Segunda pessoa porque se referem ao ouvinte, mas indireta porque requerem os termos a elas relacionados (verbo, pronome oblíquo e possessivo) na terceira pessoa

(Celso Luft, 1985)

Observemos, ainda, a confusão desta última definição de Luft com a mistura dos pronomes de tratamento indireto e as expressões **o doutor**, **o amigo**. Também na *Gramática Elementar* de João Baptista da Luz (1960) já haviam sido incluídos, mas, pelo menos, não como pronome de tratamento:

você - pronome de tratamento para pessoas de nossa intimidade. **Senhor**, **senhorita** — para pessoas a quem devemos respeito. Ainda como pronome de tratamento, usamos o nome da profissão da pessoa a quem nos dirigimos: **doutor**, **coronel**, **professor**, etc.

As gramáticas mais modernas que selecionamos não são tão confusas, nem tão resumidas, mas também não definem claramente a função do pronome. Ainda restam dúvidas se compararmos o conteúdo de algumas delas, como por exemplo: **você** é pronome pessoal de 2ª pessoa direta ou indireta? Por que indireta se é, atualmente, o pronome de 2ª que substituiu o **tu**?

Entre os pronomes pessoais incluem-se os pronomes de tratamento, que são palavras ou expressões utilizadas para as pessoas com quem se fala. São, portanto, pronomes de segunda, embora sejam empregados com verbo na terceira pessoa.

O pronome **você**, antigo pronome de tratamento, é utilizado. atualmente como pronome pessoal. Hoje é utilizado em situações informais, substituindo o **tu**.

Os pronomes **senhor, senhora, senhorita** são largamente utilizados no Brasil como forma de respeito e cortesia.

(Faraco & Moura, 1992)

No Brasil o pronome **você(s)** é comumente empregado no lugar dos pronomes retos da segunda pessoa (tu, vós) e, nesse caso, o verbo vai para a terceira pessoa.

Você - tratamento familiar

O senhor, a senhora - tratamento de respeito

(Roberto Melo Mesquita & Coder Rivas Matos, 1995)

A chamada segunda pessoa indireta ocorre quando utilizamos pronomes que, apesar de indicarem nosso interlocutor (portanto, a segunda pessoa), utilizam o verbo na terceira pessoa. É o caso dos chamados **pronomes de tratamento** ...

Também são pronomes de tratamento **o senhor, a senhora e você, vocês**. **O senhor e a senhora** são empregados no tratamento cerimonioso; **você, vocês**, no tratamento familiar. **Você, vocês** são largamente empregados no português do Brasil, praticamente substituindo as formas **tu e vós**.

(Ulisses Infante, 1995)

Antes, porém, de traçarmos algumas considerações finais com base nas definições dos autores, acrescentamos a de Melo (1978), que nos pareceu um pouco mais consistente em relação às anteriores:

Note-se ainda que, ao lado dos pronomes de segunda pessoa, figuram os chamados 'pronomes de tratamento', que se referem ao ouvinte, porém, sob a perspectiva de uma sua qualidade ou dignidade, pelo que levam o verbo para a terceira pessoa

gramatical; o sr, Vossa Sria, Vossa Exc, etc, e **você**, que é resultado da evolução de **Vossa Mercê**, mas hoje funciona como pronome direto de segunda pessoa, trazendo a anomalia de casar com a terceira pessoa gramatical na conjugação.

(Gladstone Chaves de Melo, 1978)

A definição acima parece sintetizar os pontos fundamentais que merecem ser destacados. Entretanto, não revela, como não o fizeram outras gramáticas, a função indeterminadora do **você**, extremamente comum no português (especialmente falado), contemporâneo dos autores¹⁰. É justamente esta questão que nos incomoda, o fato da exclusão do verdadeiro comportamento do pronome na língua atual. Como deixar de lado a observação de um fato evidente e tão usual?

Queremos dizer que **você** nem sempre refere o interlocutor, a pessoa com quem se fala, mas também a uma infinidade de pessoas, não claramente identificáveis, que podem equivaler, às vezes, a “todo mundo” ou “quem quer que seja”. Tomemos por exemplo dois enunciados, nos quais um interlocutor se dirige a outro tecendo algum comentário do tipo: (1) “Você vai ao banco hoje?”; (2) Quando você vai ao banco em vésperas de feriado é um desastre”.

¹⁰ Em relação à função indeterminadora de alguns pronomes, apenas encontramos em Brandão (1963) um comentário bastante curioso e proveitoso em relação ao **vós** e **tu** indefinidos, semelhante ao **você** indeterminador, que será analisado neste trabalho. O autor assinala: “à semelhança do **tu**, serve também **vós** para indicar um interlocutor fictício e indefinido, não importa quem: ‘*Entra em vossa casa uma destas (benzedoras) com nome de santinha. Pedis-lhe remédio para vossos desejos: pede-vos uma cadeia de ouro emprestada para seus ensalmos.*’” (*Arte de Furtar*)

Notemos a diferença entre ambos. Está claro que o **você** utilizado em (1) se refere ao interlocutor (e somente a ele). Em (2) já não podemos dizer que se trata de uma referência única à pessoa com quem se fala, mas a todas que vão ao banco nesses dias. É este o uso do **você** indeterminador, com o qual nos ocuparemos nas partes posteriores. Cumpre notar que reconhecer ao pronome uma função indeterminadora é ampliar o campo avaliativo e pôr em questão os componentes semânticos, pragmáticos e discursivos da língua, sem os quais uma análise se torna insuficiente.

3. Considerações finais

Graças a esta “trajetória diacrônica” pelo pronome **você**, constatamos que este passou por mudanças consideráveis desde o seu surgimento até os dias de hoje, e nunca se apresentou como forma unívoca porque ele é, por excelência, polissêmico.

Assumimos tratar-se de um pronome que já traz desde a origem uma não-homogeneidade interpretativa, tanto do ponto de vista gramatical quanto semântico-pragmático. O primeiro, com base na discrepância entre concordância e pessoa, o que, certamente, contribuiu para gramáticos como Bueno (1958), definirem o pronome como sendo de 3ª pessoa, pela concordância verbal dar-se nesta mesma pessoa. O segundo, pela confusão com o termo original **mercê**, que denotava “*ora o ato de bem fazer, ora a vontade de quem pratica.*” (Bergo, 1959)

Vimos, ainda, que o pronome nasce da transformação fonética e semântica de **vossa mercê**, em Portugal, século XVII, e no Brasil, século XVIII, **você** é usado como forma de tratamento de superior para inferior, para depois, no início do século XX substituir o **tu** como forma íntima e familiar e por fim acoplar à sua função pronominal de referência à 2ª pessoa a de um indeterminador com valor de 3ª.

Enfim, registramos brevemente a história do pronome e concluímos que o processo de transformação pelo qual passou foi fortemente influenciado por fatores sociais. Observamos que o tratamento pessoal sempre esteve ligado aos graus de aproximação ou distanciamento entre interlocutores, seja por razões hierárquicas (profissão, grau de instrução, idade, parentesco, etc) ou por outros fatores como deferência, respeito, ou ainda fatores de ordem psicológica (como ironia ou desprezo), e o seu constante uso indeterminador dá mostras de mais

uma transformação no seu comportamento, o que, conseqüentemente, acarreta mudanças no sistema de indeterminação do português do Brasil.

Se a nossa perspectiva inicial de análise era a de observar a não-consistência das regras que definem o pronome em questão, em conseqüência da incompatibilidade entre pessoa e concordância, parece-nos que estas poucas definições confirmam nosso intento.

Por outro lado, torna-se evidente o quão repetitivas as gramáticas tradicionais se apresentam. Na verdade, elas são cópias de outras gramáticas anteriores e pouco têm a acrescentar. Em relação a esse fato, Haug (1983), em seu livro *Da Necessidade de uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa*, relaciona diversas definições e formulações encontráveis em gramáticas tradicionais e propõe uma revisão crítica das atuais gramáticas normativas.

A autora cita obras de outros autores que também manifestaram o mesmo intuito e debateram o sério problema da "reprodução em série" de conceitos, além das más exemplificações e falsas definições. Como dissemos, nosso propósito está aquém de um estudo crítico-comparativo, mas julgamos importante, sem dúvida, estudos comprobatórios desse gênero, que apontem falhas destas gramáticas no ensino do português.

P A R T E II

O VOCÊ INDETERMINADOR

Discutimos, na parte precedente, que as gramáticas tradicionais, ao definirem o pronome **você**, não o fazem de maneira satisfatória, porque os critérios de base são geralmente apenas os sintáticos e os morfológicos, não havendo espaço para os níveis semântico, pragmático e discursivo. O pronome é, assim, definido apenas como o pronome pessoal da segunda pessoa, sem que seja destacada a sua função indeterminadora. Este fato, porém, não nos autoriza a afirmar que o uso do **você** indeterminador seja não-normativo, apenas porque não é atestado pelas gramáticas; provavelmente é colocado fora do âmbito gramatical por seu uso ser considerado retórico ou estilístico, e a gramática, como um inventário fechado de elementos, dificilmente acomodaria outros aspectos além dos morfossintáticos.

Em relação à indeterminação, comprovamos semelhante inconsistência e parcialidade das GNTs ao definirem o fenômeno. Apresentam, em sua maioria, somente dois tipos de indeterminação: a terceira pessoa do singular dos verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação, acompanhada do pronome *se*, e a terceira do plural despronominalizada (sem sujeito lexical). Os outros recursos indeterminadores como **você**, **a gente**, **o pessoal**, **o indivíduo**, **o cara**, entre outros, raramente aparecem, e mesmo assim não chegam a fazer parte do quadro da indeterminação; apenas ilustram algumas notas de rodapé ou observações à parte ¹¹.

Buscamos, a seguir, outras definições sobre a indeterminação em trabalhos lingüísticos e deparamo-nos com análises de distintas correntes como a Análise do Discurso,

¹¹ Silveira Bueno (1958), após apresentar a lista dos pronomes indefinidos, acrescenta: "Possue a língua outras expressões indefinidas como: *a gente, uma pessoa, um cristão, um homem, etc....*" (p: 142)

Linguística Textual, Sociolinguística, Semântica da Enunciação e Pragmática. Verificamos que os recursos de indeterminação não são poucos, assim como os argumentos que podem sustentar a discussão; porém, como nosso objetivo não é a indeterminação, *stricto sensu*, traçamos apenas uma síntese do problema, discutindo conceitos próximos como os da *generalização*, *indefinição* e *referência*.

É interessante observar que as distintas maneiras de tratar o fenômeno colocam em evidência a relevância dos fatores contextuais para uma possível delimitação do referente, fato este com o qual plenamente concordamos.

Procedemos, em seguida, a uma análise distribucional-quantitativa das ocorrências indeterminadoras, com base nas transcrições do projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta), cujo objetivo foi o de analisar estatisticamente os dados, no intuito de detectar possíveis correlações desses fatores.

Entretanto, o encontro com os dados sempre proporciona uma descoberta a mais. As comparações apontam novos ângulos e ampliam-se as informações. Estabelecer limites, por exemplo, entre o “culto” e o “não-culto”, o “formal” e o “informal”, entre outros, é bastante delicado, mas, como afirmamos acima, os dados sempre fornecem pistas e é através delas que investigaremos as ocorrências indeterminadoras do pronome em questão.

1. A indeterminação nas gramáticas tradicionais

A indeterminação, inscrita nos capítulos referentes à sintaxe da língua portuguesa nas GNTs, na análise do sujeito oracional, como já dissemos, também não vem definida e conceituada de forma satisfatória. Notamos, também, a mesma “reprodução em série” dos

conceitos, como já havíamos feito no capítulo precedente. Todavia, recorreremos novamente a elas, especialmente para observarmos que os critérios de reconhecimento de um sujeito como indeterminado se baseiam, em primeira instância, em critérios sintáticos, mas que, ao seu lado, estão considerações semântico-pragmáticas:

Sujeito indeterminado

Quando não se quer ou não se pode identificar claramente a quem o predicado da oração se refere, surge o chamado **sujeito indeterminado**. Em nossa língua, há duas maneiras diferentes de se indeterminar o sujeito de uma oração:

a) o verbo é colocado na terceira pessoa do plural, que não se refere a nenhum termo identificado anteriormente:

Telefonaram para você hoje de manhã.

Estão gritando seu nome lá fora.

b) o verbo surge acompanhado do pronome **se**, que atua como **índice de indeterminação do sujeito**. Essa construção ocorre com verbos que não apresentam complemento direto (verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação). O verbo obrigatoriamente fica na terceira pessoa do singular:

Vive-se melhor nas cidades pequenas.

Precisa-se de profissionais competentes.

Tratava-se de questões delicadas.

Era-se mais feliz naqueles tempos.

Observe que a primeira forma de indeterminar o sujeito indica que quem fala ou escreve não participa da ação mencionada. Na segunda forma não há necessariamente essa distância entre quem fala ou escreve e aquilo a que se refere.

(Ulisses Infante, 1995)

Sujeito indeterminado é o que não se nomeia ou por não se querer ou por não se saber fazê-lo. A língua portuguesa moderna indetermina o sujeito de duas maneiras diferentes:

a) pondo o verbo da oração (ou o auxiliar, se houver locução verbal) na terceira pessoa do singular ou, mais frequentemente, do plural, sem referência a pessoa determinada:

Diz que eles vão bem (diz= dizem).

Dizem que eles vão bem.

Estão chamando o vizinho.

b) empregando o pronome **se** junto a verbo de modo que a oração passe a equivaler a outra que tem por sujeito alguém, a gente ou expressão sinônima:

Vive-se bem aqui.

Precisa-se de bons empregados.

O pronome **se** nesta aplicação sintática recebe o nome de índice de indeterminação do sujeito.

(Evanildo Bechara, 1967)

Sujeito indeterminado é o que não se pôde ou não se quis apontar por núcleo nenhum, nem substantivo, nem palavra substantivada, nem pronome, nem oração substantiva, sendo comunicado de modo vago. Temos, em português, dois recursos para transmitir o sujeito indeterminadamente:

a) o verbo na terceira pessoa do plural, não se referindo a nenhum substantivo no plural anteriormente expresso, nem aos pronomes **eles** ou **elas**. Ex: **Pagam** bem lá?
— **Roubaram-me** a carteira.

b) o pronome **se** ligado a verbos intransitivos, transitivos indiretos ou de ligação. Exs.: “Em nossa terra não **se vive** senão de política.” (Lima Barreto) — **Precisa-se** de operários — Afinal, lá **se está** sempre contente.

(Hildebrando A. de André, 1984)

Sujeito indeterminado é aquele que não está expresso na oração e que não se pode ou não se quer identificar... Ocorre em dois casos:

a) com o verbo na terceira pessoa do plural — “**Roubaram** um banco em pleno centro.”

b) com o verbo na terceira pessoa do singular, acompanhado do pronome *se*, que exerce a função de partícula de indeterminação do sujeito — “**Dançava-se** muito no nosso tempo.”

Observe-se que, examinando-se o verbo, não se pode afirmar qual é o sujeito; por isso, ele é indeterminado. Veja outros exemplos: “Devagar **se vai** ao longe.” — “**Fala-se** muito de você na escola.”

(Roberto M. Mesquita & Clóder R. Matos, 1995)

Sujeito indeterminado — quando se atribui o predicado a um ente humano que se desconhece ou que não se quer declarar. Para isso, recorre-se à terceira pessoa do plural e a certos pronomes indefinidos, principalmente o pronome *se* que, em tal caso, não é propriamente sujeito, mas simples índice de indeterminação subjetiva: “**Dizem** lá que é melhor uma arte que um reino.” — “Nisto **bateram** à porta.”

(Cláudio Brandão, 1963)

Sujeito Indeterminado — Algumas vezes o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. Dizemos, então, que o SUJEITO é INDETERMINADO. Nestes casos em que o sujeito não vem expresso na oração nem pode ser identificado, põe-se o verbo:

a) ou na terceira do plural: — **Contaram-me**, quando eu era pequenina, a história duns náufragos, como nós. — **Reputavam-no** o maior comilão da cidade.

b) ou na terceira pessoa do singular, com o pronome **se**: — Ainda **se vivia** num mundo de ceteza. — **Precisa-se** do carvalho; não **se precisa** do caniço.

Os dois processos de indeterminação podem ainda concorrer num mesmo período: — Na casa **pisavam** sem sapatos, e **falava-se** baixo.

(Celso Cunha e Lindley Cintra, 1985)

O sujeito é indeterminado quando de impossível identificação. Tal acontece em orações com verbos: a) ativos, acidentalmente impessoalizados na terceira do plural: “**Dizem** que ele vem”; b) acidentalmente impessoalizados na passiva: — “**Precisa-se** de datilógrafo.”, “Assim **se vai** aos céus.”

(Napoleão M. de Almeida, 1969)

Podemos notar, nestas poucas definições, de diferentes épocas, que, apesar de focalizarem as características sintáticas da indeterminação, destacam também, em sua maioria, aspectos semântico-pragmáticos, o que nos parece bastante adequado. O grande problema, porém, é a omissão dos outros recursos indeterminadores do português. Constatamos que os mesmos não ultrapassam os dois clássicos exemplos, e a realidade lingüística, com efeito, não é essa.

É interessante observar a trajetória inversa¹² que aconteceu com o pronome **a gente** (do substantivo **gente** para pronome da 1ª pessoa), o qual passou a fazer parte do quadro pronominal do português como o pronome pessoal de 1ª pessoa.

¹² Ver Omena (1978) “A Alternância entre **nós** e **a gente** na função de sujeito”, UFRJ.

Na seguinte definição de Melo (1978), **a gente** é considerado “expressão indefinida”. Mas o que queremos aqui registrar é a definição de indeterminação do autor, que se revelou como a mais completa e consistente para conceituar o fenômeno:

Quando não é determinado, claro ou oculto — é **indeterminado** o sujeito, modalidade que temos de cuidadosamente distinguir da anomalia da construção caracterizada pela ausência de sujeito (...)

O que torna indeterminado o sujeito é a **intenção** ou a **situação** do falante, que não sabe ou não quer individualizar, precisar, apontar o agente, o autor da ação ou da façanha: “Quebraram a compoteira!”

O conceito de sujeito indeterminado tem, pois, de partir da intenção ou da ignorância do falante, não importando muito as apresentações gramaticais.

Costuma-se exprimir o sujeito indeterminado por meio de: a) verbo na terceira pessoa do plural, não referindo a nenhum substantivo no plural anteriormente expresso, nem ao pronome eles: “Na minha rua **estão cortando** árvores” — b) verbo na terceira pessoa do singular ou plural, acompanhado do pronome se (índice de indeterminação do sujeito): “Tinha os olhos negros e um pouco amortecidos; **adivinava-se** porém que deviam ter sido vivos e ardentes” - c) sujeito materialmente constituído pela expressão ‘a gente’, de valor indefinido: “Passando num meio-dia quente, ao trote penoso do cavalo, **a gente pára** ali, olha a sombra e o verde como se fosse para um cantinho de céu.” (Raquel de Queirós, *Três romances*)

(Gladstone C. de Melo, 1978)

Notemos que, apesar de os outros autores aludirem ao desejo do falante em não querer ou não poder identificar o sujeito oracional, só encontramos em Melo (1978), o tratamento direto da **intenção** e da **situação** do falante na indeterminação do sujeito, como um dos fatores

preponderantes. Logo adiante, quando analisarmos o indeterminador **você** veremos que esta questão é relevante no tratamento da indeterminação.

Em relação a **a gente**, apesar de o autor defini-lo como “expressão de valor indefinido” e não como um pronome de 1ª pessoa que também tem a função de um indeterminador, notamos que a classificação ultrapassa os dois tipos de indeterminação. É interessante pensar que gramáticas posteriores, mesmo 25 anos depois da publicação do trabalho acima citado, continuaram insistindo apenas nas duas maneiras clássicas de abordar a indeterminação.

Quem sabe, entretanto, se o que sucedeu ao pronome **a gente**, como vimos há pouco, não venha a acontecer com o **você** indeterminador? Já não estaria na hora de reservar a ele um espaço na teoria gramatical?

2. Os recursos indeterminadores

São vários os recursos para expressar a indeterminação no português do Brasil. Alguns trabalhos de lingüística bem mostraram, e de maneira semelhante, a característica generalizadora dos indeterminadores e a dependência do contexto para a interpretação destes.

Milanez (1982), por exemplo, computou 12 tipos de recursos indeterminadores para o português, com base no *corpus* do NURC/SP. Ou seja, 10 a mais do que apontam as gramáticas tradicionais. São eles, em ordem decrescente do total de ocorrências: **a gente**, **se**, **você**, [(+3ª p. s.), [(+3ª p. pl.), **a pessoa**, [(+ infinitivo), **o indivíduo**, **o sujeito**, **eles**, **eu**, **o cara**.

Ikeda (1977), alguns anos antes, também já havia dedicado, em seus estudos, um capítulo aos recursos para a indeterminação do sujeito. Encontrou: indeterminação com o **infinitivo**, com **nominalização**, com **você**, com **alguém**, com **a gente** e indeterminação com a 3ª **pessoa do plural**.

Leitão (1985), pesquisando a indeterminação do sujeito no português falado do Rio de Janeiro, identifica várias possibilidades como **eles**, **você**, o **infinitivo**, **se**, o **pessoal**, o **nego**, o **camarada**, **a gente**, **a galera**, **os caras**, **um cara**, **ninguém**.

Deparamo-nos, assim, com diferentes *corpora*, diferentes teorias e metodologias de análise, mas que trazem em comum a marcante característica imprecisa e generalizadora dos indeterminadores, que lhes confere a particularidade de poderem referir indistintamente as pessoas do discurso.

3. Dos conceitos de indeterminação, generalização, indefinição e referência

Já vimos que o conceito de indeterminação nas GNTs é bastante vago, simplista e não deixa claro o que realmente seja um sujeito indeterminado. Milanez (1982), cujo trabalho contribuiu com muitas informações, conclui haver muita confusão com os termos impessoalização (inexistência de pessoa) e indefinição (formas lexicais de 3ª pessoa: **tudo**, **nada**, **alguém**, **ninguém**, etc.), que, muitas vezes, aparecem como sinônimos de indeterminação.

A indeterminação distingue-se da indefinição pela natureza *limitada* desta última quanto à generalização (idem, p. 38). Os recursos de indefinição, por intermédio dos indefinidos **todos**, **alguém**, **nenhum**, **tudo**, etc., pressupõem um conjunto fechado de elementos que remetem

à 3ª pessoa e somente a ela, e os de indeterminação podem envolver qualquer pessoa (1ª, 2ª e 3ª), atingindo assim um alto nível de generalização.

Fatores de ordem morfossintática, como a distinção das marcas de singular e plural e o uso dos artigos **o/um**, por exemplo, são ainda fatores distintivos dos recursos de indefinição e indeterminação. Enquanto estes artigos (**o/um**) são fundamentais para distinguir definição de indefinição (**o homem/um homem**) em relação à indeterminação a separação é irrelevante, pois não há alteração no conteúdo indeterminador: **o indivíduo/um indivíduo, o cara/um cara**, etc.

Com relação à impessoalização, a autora rapidamente a distingue de indeterminação partindo do estritamente sintático:

a impessoalização é uma propriedade de certos verbos que, por sua própria natureza, não atribuem a seus SN-sujeitos nenhuma função referencial. A indeterminação, ao contrário, sempre envolve uma referência. Justamente é esta ausência que diferencia as construções impessoais de todas as outras formas verbais da língua. (p. 48)

A indeterminação, aqui, é concebida como o mecanismo lingüístico que possibilita ao falante ultrapassar a determinação referencial **eu/tu/ele** para um nível genérico de abrangência, envolvendo indistintamente as três pessoas do discurso, que podem equivaler a “todos” ou “qualquer um”, “quem quer que seja”.

A determinação, por sua vez, resulta na identificação direta dos indivíduos referidos por **eu/tu/ele** na situação discursiva. No nosso caso, o **você** é determinado somente quando se trata do interlocutor. Entretanto, a referência de um indeterminador como **você**, por exemplo, é preenchida imediatamente pelos elementos presentes e presumíveis do contexto de situação. Queremos dizer com isso que tanto o referente determinado (**você=interlocutor**) quanto

o indeterminado são inteligíveis na situação discursiva porque o próprio contexto permite a delimitação das pessoas envolvidas na referência

O termo referência, por sua vez, é usado neste trabalho da mesma forma como adotou Milanez (1983): *“unicamente para designar um elemento que representa o conteúdo de SN-sujeito, expresso ou não. Nesse sentido, permitimo-nos falar em ‘referência determinada’, ‘referência indeterminada’, etc. Esclarecemos que este uso deste termo aqui nada tem a ver com o que se emprega na Lógica.”* (p. 50)

Também usamos os termos “referência indeterminada”, “referência determinada”, seguindo o mesmo critério. Apesar de a questão da referência, para nós, ser melhor explicada do ponto de vista pragmático (como veremos na terceira parte), o termo é usado sem conotações teóricas. O mesmo vale para o termo enunciado, que aparece ao longo de todo o trabalho.

Todavia, registremos, aqui, algumas definições de referência, especialmente para notarmos o ponto em comum de destaque ao contexto de situação pelos autores.

Halliday & Hasan (1976), nos seus estudos sobre a coesão textual, assinalam: *são elementos de referência os itens da língua que não podem ser interpretados semanticamente por si mesmos, mas remetem a outros itens do discurso necessário sua interpretação”* (apud Koch, p. 20). A referência pessoal para os autores é exofórica, pois remete a algum elemento que está fora do texto, mas que se identifica pela situação, o que permite inferir que dêixis é também exofórica.

Na Linguística Textual, os trabalhos de Koch (1989, 1990, entre outros) representam uma boa fonte de consulta para a questão referencial da linguagem. Em seu artigo “Coesão e coerência: verso e reverso” a autora discute, entre outras questões, a ambigüidade referencial, da qual discordamos.

Sempre que se questiona sobre qual é o referente de um determinado enunciado está em jogo outra pergunta: a quem ou a que é que o locutor se refere? Mas será que o referente é sempre apreendido pelo interlocutor, mesmo nos casos em que vários indivíduos concorrem para uma mesma referência? De acordo com Koch, não, já que defende a existência de ambigüidades referenciais. Para desfazê-las a autora sugere o procedimento de um “cálculo” para a identificação do referente: *“Para tanto, torna-se preciso recorrer ao nosso conhecimento de mundo e de contexto sociocultural em que nos encontramos inseridos, além de outros critérios como saliência temática e recência (recency), por exemplo.”* (p. 09)

Entretanto, sob o nosso ponto de vista, o próprio contexto “desambigüiza” os referentes, e parece não haver, na maioria das vezes, espaço para incompreensões. Sabe-se que o discurso opera com a hipótese de conhecimento de mundo partilhado pelos interlocutores suas crenças, convicções, e que há sempre o pressuposto de que o que é enunciado é perfeitamente compreendido pelo interlocutor.

5. O corpus de análise

Selecionamos para a análise 18 inquéritos do NURC, coleção *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, nos seus três volumes: Elocuções Formais (EFs); Diálogos entre dois informantes (D2) e Entrevistas - Diálogos entre documentador e informante (DIDs). Todas as ocorrências indeterminadoras (na fala dos entrevistados) foram computadas, e destacamos quatro grupos de fatores para a investigação: *sexo* (masculino e feminino), *faixa etária* (primeira - 25-35 anos; segunda - 36-55; e terceira - 56 em diante), *situação de fala* (DIDs, D2 e EFs) e *grau de formalidade* (+formal e -formal).

Trata-se, assim, de uma pequena análise, que se utilizou de alguns dos recursos do programa Varbrul, para a análise percentual dos dados e para o cruzamento entre os grupos de fatores. Apoiamo-nos, dessa forma, em alguns dos procedimentos metodológicos da Sociolinguística e da Teoria da Variação; mas, repetimos, usamos apenas alguns recursos. Sem dúvida, um trabalho de cunho propriamente sociolinguístico, que utilizasse todas as possibilidades do programa Varbrul, para o cruzamento dos vários fatores condicionantes, poderia nos fornecer mais subsídios para o estudo. Porém, os quatro fatores selecionados parecem dar conta dos resultados que pretendemos alcançar nessa perspectiva de análise.

Algumas hipóteses levaram à seleção dos grupos de fatores analisados. Tinha-se em mente que o tratamento quantitativo possibilitaria a interpretação dos dados, através da comparação entre os grupos de fatores. Pressupôs-se que a indeterminação do pronome unida a esses grupos poderia revelar o posicionamento dos interlocutores e como se constituem no discurso. Também interessou-nos avaliar se tais fatores condicionantes poderiam sugerir algo em relação aos graus de aproximação e distanciamento entre interlocutores, como havíamos

observado anteriormente, quando discutíamos as relações tratamentais. Está certo que a análise do pronome na primeira parte diz respeito à determinação, já que o pronome é apresentado como um pronome de tratamento da segunda pessoa do discurso. Entretanto, o interessante foi observar que essa característica de aproximação também é identificada quando se analisa o indeterminador. Estas questões, todavia, são discutidas na terceira parte.

O *corpus* de análise constitui-se, como já vimos, de entrevistas entre informante e documentador, diálogos entre dois informantes e elocuições formais (aulas, conferências) que compõem o *corpus* do projeto NURC. Todas as ocorrências indeterminadoras dos inquéritos (EF 377, EF 338, EF 405, EF 124, EF 156, EF 153, DID 161, DID 251, DID 137, DID 234, DID 250, DID 242, D2 62, D2 255, D2 360, D2 396 e D2 333) foram codificadas, totalizando 405 ocorrências.

Passemos, então, a investigar os grupos de fatores e os resultados obtidos.

4.1. Sexo e faixa etária

Estes dois grupos de fatores mostraram diferenças significativas sob o ponto de vista estatístico. Observemos atentamente o Quadro I, que assinala a distribuição das ocorrências nas falas masculina e feminina de acordo com a faixa etária:

Quadro I - o indeterminador em relação ao sexo e faixa etária

SEXO/FAIXA ETÁRIA	masculino	feminino	total das ocorrências
primeira	274 80%	68 20%	342
segunda	12 32%	26 68%	38
terceira	21 84%	04 16%	25
total	307 76%	98 24%	405

Observando-se estatisticamente o quadro, percebe-se que é notória a diferença. Do total de 405 ocorrências, 307 (76%) estão na fala dos homens, contra 98 (24%) na das mulheres; uma diferença significativa em termos percentuais, indicando os homens como os falantes que mais se utilizam do **você** indeterminador.

O fator faixa etária mostrou-se igualmente relevante em termos estatísticos. Notemos que os jovens (em sua maioria do sexo masculino) da primeira faixa usam muito mais o indeterminador do que a segunda e terceira faixas. O Quadro II ilustra melhor esse fato:

Quadro II - o indeterminador em relação à faixa etária e sexo

FAIXA ETÁRIA/SEXO	primeira	segunda e terceira	total
masculino	274 89%	33 11%	307
feminino	68 69%	30 31%	98
total	342 84%	63 16%	405

Notemos que só a primeira faixa totaliza 89% das ocorrências, na fala dos homens, marcando, decisivamente, essa faixa como a “detentora” do uso do indeterminador. É interessante ainda observar que o uso é bem menor na terceira faixa.

Outro fato de destaque é que a utilização pelas mulheres decresce de acordo com o aumento da idade, como mostra o Quadro I. Já os homens da segunda faixa usam menos o indeterminador *você* nesta “fase” do que na terceira, como se registrou para as mulheres. Quais razões poderiam explicar tais diferenças? Por que será que os homens se utilizam tanto do indeterminador na primeira faixa etária e depois, na segunda, praticamente o “abandonam”, para retomá-lo com maior freqüência na terceira faixa? E as mulheres, por que, praticamente, deixam de utilizá-lo na terceira faixa? Qual a explicação para a grande diferença de utilização entre homens e mulheres e entre faixas etárias?

Em seu artigo “Sexo e prestígio lingüístico”, Trudgill analisa diversos exemplos de vários tipos de sociedades e línguas, e assinala que a fala das mulheres é mais conservadora do que a dos homens. Afirma, ainda, que as mulheres produzem de modo consistente formas lingüísticas mais próximas da linguagem padrão. A explicação para o fato é “sociológica”, como se pode ler em Possenti (1988 p. 36). São as marcas sociais, unidas às lingüísticas, que permitem

explicar essa “correção” na fala feminina, por vários motivos, entre os quais estão o “cuidado” maior com a fala, a “delicadeza” feminina, em contraste à “grosseria de modos” masculina.

Realmente, seria difícil transformar este quadro, até mesmo porque os próprios homens têm consciência de que são as mulheres os falantes que “melhor” usam a sua língua, tal como revelou Trudgill, naquele artigo acima citado:

(...) há pressão social sobre os falantes para adquirir prestígio ou parecer “corretos” pelo emprego das formas da classe mais alta. Se outros fatores forem iguais, contudo, estas pressões serão mais fortes sobre as mulheres por causa de sua maior consciência de status... A fala de homens e de mulheres, como demonstramos, não é somente diferente: a das mulheres é também (socialmente) “melhor”. Isto é um reflexo do fato de que, geralmente falando, um comportamento social mais “correto” é esperado da mulher.

Em nossa análise, podemos dizer que, se considerarmos que o pronome aparece muito mais nas situações menos formais, na fala dos homens, como veremos adiante, podemos inferir que as mulheres não se utilizam tanto do indeterminador, talvez por terem “consciência” de que tal utilização é mais característica de uma linguagem menos formal.

Em relação à faixa etária, as hipóteses também confirmam-se e resultam no esperado: a primeira faixa etária usa mais o pronome do que a segunda e terceira faixas. A razão também não é novidade. A tendência é o conservadorismo dos adultos para com as inovações da língua, como novas formas, vocábulos, gírias, entre outras. Os jovens, ao contrário, são, muitas vezes, os inovadores, ou adaptam-se às novas tendências com natural facilidade.

Entretanto, como observamos, por exemplo, no DID 161 (primeira faixa, sexo masculino) há 36 ocorrências; o DID 251 (primeira faixa, sexo feminino) só aponta uma. Ou seja,

é impossível, em vista do comportamento estatístico, que possa ser definido um parâmetro fixo e invariável por faixas etárias ou mesmo por sexo.

4.2. Situação de fala

Outro grupo de fatores que também se mostrou pertinente em termos estatísticos foi a situação de fala. Os resultados confirmaram parte do que já havíamos previsto, com base em trabalho anterior¹³: o registro de maior ocorrência nos diálogos entre informante e documentador ou entre dois informantes, devido à situação interlocutiva sugerir maior proximidade entre os falantes. A temática dos inquiridos também contribui para a “desenvoltura discursiva”, uma vez que os diálogos são mais espontâneos e acabam sendo bastante pessoais; além disso, tratam de assuntos diversos e conhecidos pelo locutor como profissão, religião, ensino, teatro, cinema, viagens, etc. Já nas elocuções formais, do tipo aula expositivo-teórica ou conferências de caráter didático, os temas abordados são de ordem técnico-científica e não sugerem muita “intimidade” entre interlocutores. É importante ainda considerar que as aulas e conferências são geralmente preparadas, às vezes mesmo escritas, e pressupõe-se que na forma escrita o falante opte pelo uso das duas tradicionais construções indeterminadoras.

Não há dúvida, entretanto, de que a distinção entre o discurso das conferências ou aulas expositivo-teóricas, acadêmicas, e o discurso “informal” dos diálogos dá-se exatamente pela diferença contextual, social e lingüística pertinentes às diferentes situações. Todavia, as distintas

¹³ Vale lembrar que a atual análise foi inspirada em um trabalho de final de curso da disciplina “Variação e Mudança Lingüística”, ministrado pela prof^a. D^{ma} Maria Luíza Braga, no primeiro semestre de 1994, o qual veio a confirmar sua inscrição na problemática discursiva e não sociolingüística, como a princípio parecia encaminhar-se, já que pretendia focalizar a variação entre as formas indeterminadoras **você** e **a gente**, partindo do pressuposto de que estas são formas não-homogêneas de representação da 2^a pessoa do singular e da 1^a do plural, respectivamente.

situações de fala não estão diretamente ligadas às noções de grau de formalidade ou informalidade. Mesmo um discurso de uma conferência ou de uma aula expositivo-teórica podem apresentar momentos de maior ou menor formalidade. O fato mais evidente, aí, é que é o tipo de situação de fala (EF) é o fator que mais influencia no “tom” formal ou menos formal que se pode depreender para o indeterminador em certas instâncias discursivas.

Quadro III - O indeterminador em relação à situação de fala e sexo

SITUAÇÃO DE FALA/SEXO	feminino	masculino	total
elocuições formais - Efs	12 41%	17 59%	29
diálogos entre inf. e doc. - DIDs	13 17%	62 83%	75
diálogos entre 2 informantes - D2	73 24%	228 76%	301
total	98 24%	307 76%	405

O quadro acima possibilita-nos confirmar estar nos diálogos entre dois informantes o maior número de ocorrências indeterminadoras, tanto para o sexo masculino como para o feminino, apesar da diferença já anotada em relação ao sexo. Notemos que, mesmo sendo proporcionalmente diferente o número de utilizações, praticamente não há alteração entre o uso do indeterminador pelas mulheres nas situações EFs e DIDs, em comparação aos D2. Com os homens, já notamos um visível salto nas mudanças de situação, ou seja, as 17 utilizações nas EFs passam a 228 nos D2, o que significa 76% do total das ocorrências; um número bastante alto e que tem o seu significado. Podemos dizer, com base nos dados, que os falantes do sexo masculino privilegiam o uso do indeterminador nas situações dialógicas, supostamente quando se sentem mais à vontade, quando trocam diretamente com o interlocutor suas impressões,

experiências, nessa interligação de fatores extralingüísticos e lingüísticos que permeiam o discurso. Nas EFs, esses mesmos falantes restringem consideravelmente o uso, como já notamos. A razão também já foi abordada: a situação de fala (em uma aula ou conferência) distancia-se bastante da proximidade com o interlocutor numa situação dialógica.

Nos DIDs, entretanto, apesar de as entrevistas constituírem-se em diálogos entre documentador e informante, é este último quem “discursa”, quem tem a função de comentar, informar, dar o seu ponto de vista sobre os variados assuntos (alimentação, família, teatro, vestuário, etc.); enfim, não há troca direta como nos D2, mas não há o “distanciamento” das EFs, quando o locutor, geralmente, é pouco (às vezes nunca) interrompido pelo seu interlocutor .

Em relação à faixa etária já verificamos ser os falantes (homens) da primeira faixa os maiores utilizadores do *você* indeterminador. Como não poderia deixar de ser, esse maior número está unido aos D2, em sua maioria. O quadro seguinte ilustra a questão:

Quadro IV- o indeterminador em relação à situação de fala e faixa etária

SITUAÇÃO DE FALA/ FAIXA ETÁRIA	D2	DIDs e EFs	total
primeira	306 89%	36 11%	342
segunda	20 53%	18 47%	38
terceira	04 16%	21 84%	25
total	330 81%	75 19%	405

Notamos que a diferença das utilizações da primeira faixa nos D2 é muito alta (89%) em relação aos DIDs e EFs. Na segunda faixa a diferença é mínima e na terceira

encontramos o contrário: o maior número concentra-se nos DIDs e EFs (84%) do que nos D2 (16%). Já havíamos visto no Quadro I que os falantes do sexo feminino da terceira faixa haviam se utilizado quatro vezes do pronome indeterminador. Notamos agora que tais utilizações ocorreram então nos D2.

4.3. Grau de formalidade

Em termos estatísticos o grupo de fatores grau de formalidade é o que mostra maior relevância. A maioria das ocorrências (99%) dá-se em situações menos formais, que estão ligadas, em primeira instância, ao tipo de situação de fala.

Esclareçamos, aqui, que o procedimento utilizado para esta separação levou em conta o contexto de situação dos enunciados, entendido como um todo, de onde se pode retirar as informações possíveis, pela junção de fatores lingüísticos e extralingüísticos, como situação de fala - DID, D2 ou EF -, uso do léxico, de gírias, de expressões da oralidade, o tema abordado, o “tom discursivo” (sério, emocionado).

Fatores conversacionais¹⁴, por exemplo, muitas vezes dão pistas de uma situação mais ou menos formal. Por exemplo, nos diálogos há várias sobreposições de vozes, indicando o interesse em antecipar turnos, e outras marcas características da linguagem coloquial. Assim, nos D2 todas as ocorrências foram consideradas menos formais, assim como nos DIDs.

Nas EFs, apesar de a situação de fala não apresentar essas características dos diálogos, igualmente a maioria das ocorrências foram consideradas menos formais. Já havíamos discutido que, sem dúvida, nas aulas e conferências há maior incidência de construções sintáticas

¹⁴ Cf. apresentação de Preti, vol.II Projeto NURC.

mais elaboradas, de idéias mais refletidas, e que estes tipos de discurso são geralmente mais preparados, praticamente em função da modalidade escrita da língua, o que os aproxima mais do padrão culto. Entretanto, só foi possível identificar três ocorrências mais formais, assim classificadas exatamente por se integrarem num contexto mais formal de produção, o que significa que mesmo nos discursos em que a maior formalidade é mais característica, o indeterminador não deixa de ocorrer com o mesmo “valor”, como poderemos notar na análise individual das ocorrências da terceira parte (os exemplos (1), um DID, e o exemplo (11), uma EF, mostram a semelhança contextual de utilização do pronome).

O *corpus* em análise refere-se à norma culta, como vimos. De acordo com o Projeto NURC, é o grau de instrução dos informantes que funciona como parâmetro de referência para definir a norma (apesar de poder existir muito bem um falante sem o grau superior e que se utilize da norma culta), o que nos leva a questionar se os falantes cultos que serviram aos propósitos do NURC teriam usado menos o indeterminador nas EFs porque teriam consciência de que a formalidade exigida nesse tipo de situação de fala não se coaduna com o uso do indeterminador **você**.

Analisemos agora a distribuição das três situações de fala em função do grau de formalidade:

Quadro V - Situação de fala e grau de formalidade

SITUAÇÃO DE FALA/ GRAU DE FORMALIDADE	DIDs	D2	EFs	total
mais formal	0	0	03 100%	03
menos formal	75 18%	301 74%	26 07%	402
total	75 18%	301 74%	29 07%	405

O quadro acima ilustra claramente que o maior número de ocorrências se encontra nos D2, em situações menos formais. Nenhuma ocorrência do pronome nos D2 e DIDs em situações mais formais, e apenas 03 destas ocorrências nas EFs.

Em relação à faixa etária algumas considerações são relevantes. Primeiro verifiquemos os resultados estatísticos do quadro VI :

Quadro VI - o indeterminador de acordo com o grau de formalidade e a faixa etária

GRAU DE FORMALIDADE/FAIXA ETÁRIA	mais formal	menos formal	total
primeira	0	342 100%	342
segunda	03 8%	35 92%	38
terceira	0	25 100%	25
total	03 1%	402 99%	405

Em vista dos resultados, confirmamos mais uma vez que a primeira faixa etária é a que mais se utiliza do pronome nas situações menos formais (402 ocorrências), restando apenas 1% das ocorrências para as situações mais formais (03 ocorrências na segunda faixa). A terceira faixa se utiliza bem menos, especialmente nas EFs. Por outro lado, os falantes do sexo masculino na terceira faixa etária não se utilizaram do pronome indeterminador nas situações EFs. Por exemplo, o inquérito 153 é uma elocução formal de 80 minutos, em que um professor universitário, 56 anos, faz uma conferência clara, ininterrupta, sem utilizar em momento algum o pronome indeterminador. Mostra-se bastante formal, tanto que quando se dirige aos alunos o faz pela forma senhores, ou seja, temos aí uma evidência de que a forma de tratamento ao interlocutor também pode corroborar para determinar o grau de formalidade que o contexto oferece.

Em relação à variável sexo os resultados foram os seguintes:

Quadro VII - o indeterminador em relação ao sexo e grau de formalidade

SEXO/ GRAU DE FORMALIDADE	mulheres	homens	total
mais formal	02 66%	01 33%	03
menos formal	96 23%	306 76%	402
total	98 24%	307 75%	405

Os resultados apenas confirmam o que já foi dito anteriormente. Está na fala dos homens o maior número das ocorrências indeterminadoras consideradas menos formais pelas indicações do contexto de situação. Das três ocorrências mais formais, duas encontraram-se na fala das mulheres, da segunda faixa, e apenas uma na dos homens, da mesma faixa.

Algumas considerações finais

Nesta segunda parte, analisamos a indeterminação no intuito de mostrar que se trata de um fenômeno cujo mecanismo lingüístico é voltado para o nível semântico-pragmático. Assinalamos, também, que a maioria das GNTs apresentam somente dois tipos de indeterminação: 1) a 3ª pessoa do singular dos verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação, acompanhada do pronome *se*, e 2) a 3ª do plural “despronominalizada” (sem sujeito lexical).

Discutimos que a realidade lingüística é outra, pois vários são os recursos para indeterminar o sujeito, o que mostra, novamente, que as definições propostas nas GNTs são parciais, repetitivas e pouco esclarecedoras.

Desenvolvemos, em seguida, uma análise sociolingüística e os resultados levaram-nos a observar que fatores sociais como sexo, faixa etária e grau de formalidade, assim como fatores de ordem lingüística como a situação de fala na qual o indeterminador é produzido, têm influência na utilização do pronome, especialmente o **grau de formalidade**, que permitiu detectar que o uso indeterminador do pronome está fortemente ligado às situações **menos formais** de fala, totalizando 99% do total das ocorrências. Em seqüência está a **situação de fala**, apontando os **diálogos entre dois informantes** como maior influenciador, seguidos do fator **faixa etária**, assinalando em favor da **primeira faixa**, e do fator **sexo**, destacando os falantes do sexo **masculino** como os que mais se utilizam do pronome indeterminador.

Tais resultados, obtidos em uma análise distribucional-quantitativa, nos permitem afirmar, novamente, a influência de fatores sociais e a forte relação de aproximação entre interlocutores, que propiciam o uso indeterminador.

Essa análise preliminar evidenciou também que não há garantias de que o(a) informante da primeira faixa etária sempre use a indeterminação com o **você**, porque há exceções. É certo também que a terceira faixa usa menos (apenas 25 ocorrências) que as outras, mas usa.

Enfim, não há regras categóricas que expliquem as ocorrências indeterminadoras no discurso. Concluímos também que a indeterminação não se restringe a um quadro limitado de recursos, ao contrário, vários elementos podem marcar a generalização referencial.

A indeterminação, como vimos, é um mecanismo lingüístico voltado para o nível semântico-pragmático. O simples fato de uma “ultrapassagem” para uma abrangência imprecisa, generalizante, que pode envolver as três pessoas do discurso, revela a dependência contextual para a delimitação, em outras palavras, é o contexto o fator preponderante para a interpretação do significado que o pronome adquire na instância discursiva.

Já no primeiro capítulo havíamos concluído que a relação tratamental sempre esteve ligada aos graus de aproximação ou distanciamento entre interlocutores. São, enfim, as relações sociais que implicam diretamente o uso de determinado tratamento.

Parece não ser diferente com a questão do uso indeterminador do pronome. As primeiras impressões parecem se confirmar nesta seqüência analítica. O desejo de aproximação é destacado. A tática é a inserção do interlocutor na mesma situação. Os poucos exemplos que ilustraram este capítulo já dão mostras destas relações.

PARTE III

UMA ANÁLISE PRAGMÁTICO-DISCURSIVA DO PRONOME

Nesta terceira parte, o indeterminador **você** foi investigado sob outra ótica de análise, partindo para um estudo da significação do pronome com base no contexto de situação dos enunciados. Desenvolvemos, assim, uma análise qualitativa de algumas das ocorrências indeterminadoras, utilizando-nos do mesmo *corpus* (NURC) da análise precedente.

A idéia foi traçar um quadro geral do que se pode depreender do posicionamento dos interlocutores no discurso num determinado contexto de situação, em face da possibilidade de utilização dos diversos recursos da língua, entre eles o de indeterminar a referência através do pronome **você**.

Primeiramente, demarcamos a perspectiva teórica que movimenta a análise, e discutimos as razões que nos levaram a acomodá-la sob os pontos de vista da Análise do Discurso defendida por Possenti (1988) e da Pragmática, concebida por Maingueneau (1996a e b).

Abordamos novamente a questão da referência, tentando mostrar a visível tendência pragmática com que é tratada por alguns autores, apesar de a questão contextual ou da referência não se resumirem em problemas da pragmática. Como diz Maingueneau:

de fato, se a definirmos como o 'estudo da linguagem em contexto', isso em nada prejudica a disciplina que deve se encarregar desse estudo; do sociólogo ao lógico, as preocupações pragmáticas atravessam o conjunto das pesquisas que tratam do sentido e da comunicação." (p. 03, 1996b)

Partimos, em seguida, para a análise dos dados e encerramos o trabalho ilustrando-o com os exemplos do espanhol e do francês, com base no uso estratégico de alguns dos seus recursos para marcar a indeterminação referencial.

1- Perspectiva teórica

Nesta perspectiva de análise, insiste-se na idéia de que quem fala não o faz aleatoriamente e que há um jogo permanente de estratégias entre os participantes do processo discursivo. Locutor e interlocutor (ou, em outros termos, *enunciador* e *co-enunciador*, como prefere Maingueneau) constroem seus enunciados tendo em vista o reconhecimento de uma intenção do outro em se fazer entender. Há um intercâmbio verbal que está além do desejo de expressar sentimentos ou transmitir informações; há, antes, uma intenção pragmática que tende a condicionar o processo interpretativo. As estratégias são várias, e, como afirma Maingueneau (1996a):

o enunciador constrói seu enunciado em função do que o co-enunciador já disse, mas também em função de hipóteses que ele estrutura sobre as capacidades interpretativas deste último. O trabalho de antecipação, o recurso a estratégias sutis destinadas a controlar, a condicionar o processo interpretativo não são uma dimensão acessória, mas constitutiva do discurso.” (p. 19)

O ponto de vista que aqui se adota também reconhece na atividade discursiva do falante a natureza *constitutiva* e não somente *apropriadora*¹⁵, na terminologia de Benveniste (1974). A relação que se estabelece entre locutor e interlocutor, numa determinada instância

discursiva, tendo em vista a produção de efeitos de sentido, não se limita a uma atividade *com* a língua ou *com* os recursos expressivos possíveis, mas trata-se de uma atividade *sobre* a língua, e “é nesta atividade que o sujeito se constitui enquanto tal, e exatamente por essa atividade.” (Possenti, 1988 p. 49)

Todavia, Benveniste concebe o ato individual de apropriação da língua como dado constitutivo da *enunciação*. Para o autor:

a condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (1988 p. 84)

A referência, aqui, é entendida não somente como uma possibilidade do referir pelo discurso, porque a atividade do locutor transcende esse nível de realização. O locutor tem à disposição variados recursos expressivos com os quais pode construir o seu discurso, mas tais recursos não são apenas lingüísticos, outros elementos (contextuais, sociais, culturais, etc.) estão amalgamados neste processo discursivo. Só o fato de o locutor poder escolher entre as possibilidades a melhor maneira de se expressar e de obter o efeito desejado pode mostrar que a relação não é de simples apropriação da língua, mas de um trabalho sobre ela, e que indica, além de tudo, a *subjetividade* na linguagem.

Destaque-se aqui que as noções de escolha, trabalho e estilo baseiam-se nas reflexões de Possenti (1988), para quem a escolha é traço constitutivo do estilo¹⁵. Nas palavras do autor:

¹⁵ Ver “Aparelho formal da enunciação”, in *Problemas de Lingüística Geral*, 1974, pp 81-90.

¹⁶ O autor adota, por sua vez, as concepções de Granger para a questão do estilo.

Então, se o locutor busca, dentre os possíveis, um dos efeitos que quer produzir em detrimento dos outros, terá que escolher dentre os recursos disponíveis, terá que **trabalhar** a língua para obter o efeito que intenta. E nisso reside o **estilo**. No **como** o locutor constitui seu enunciado para obter o efeito que quer obter.
(p. 158)

A concepção de estilo como fruto da escolha está ainda ligada à multiplicidade de recursos expressivos da língua, e dentre as muitas possibilidades concorrem elementos lingüísticos e extralingüísticos que caracterizam outros pontos de vista para definir o estilo. Labov (*apud op.cit.*), por exemplo, considera o estilo em função do contexto em que as “variantes estilísticas” ocorrem, tomando por base fatores sociais, preocupando-se, especialmente, em avaliar os dados numericamente, o que acaba por restringir o acesso a outros fatores relevantes, como os pragmático-discursivos, por exemplo. Esse fato nos remete a Certeau (1996), cujas reflexões nos soam muito pertinentes, especialmente por acreditarmos igualmente na pluralidade metodológica de abordagem de um fato em busca do seu real funcionamento. É muito interessante sua crítica ao processo estatístico de análise: “*contabiliza-se aquilo que é usado, não as maneiras de utilizá-lo.*” (p. 98). Enfim, interessaram-nos os números mas privilegiamos a *maneira* com que se utiliza o falante dos recursos possíveis.

Não trataremos aqui das diferentes possibilidades de se conceber o estilo, especialmente por já termos definido o ponto de vista desta análise. O uso do indeterminador em certos enunciados é produto da escolha do falante, através de um trabalho com os numerosos recursos expressivos oferecidos, o que define o seu estilo próprio de construção do seu discurso.

Estão, assim, interligadas as noções, porque o estilo reside no como o locutor constrói seus enunciados para obter determinados efeitos de sentido, e a escolha dos recursos

expressivos é que vai implicar no estilo. Em outras palavras, escolhendo-se um ou outro recurso, está se caracterizando um estilo próprio, que é o reflexo do como o falante se utiliza dos inúmeros recursos expressivos da língua.

Queremos destacar, ainda, além dessa atividade do falante, a relevância do contexto discursivo quando se busca a significação no sistema de referência pessoal. O uso do indeterminador você é estratégico se dá em função de efeitos de sentido que o falante pretende obter (aproximação de seu interlocutor, maior intimidade ou atenção do mesmo, distanciamento do “eu”, “fuga da formalidade”, entre outros) e a significação que se depreende, especialmente pela delimitação de pessoas envolvidas na referência, é dependente do que o contexto de produção oferece.

A proposta, dessa forma, visa analisar o discurso enquanto uma rede de interligações, em que a relação estabelecida entre eu/tu e o contexto de situação garante a significação do próprio discurso, e é exatamente no discurso ou na “análise do discurso” que vemos a possibilidade de um tratamento mais adequado à análise de um pronome como o você, por concebermos o discurso como o lugar do acontecimento e das estratégias interlocutivas, em que concorrem fatores sociais, gramaticais, históricos, culturais, emotivos, etc., sendo essa mesma pluralidade a base de sua constituição.

A análise do discurso, como uma disciplina que afeta e é afetada por disciplinas como a sociologia, história, psicologia, filosofia, etc., está, por isso mesmo, constantemente atravessada por outras questões e não haveria como tomar um enunciado de um *corpus* analisando-o sob uma única ótica sem que se revelasse uma análise redutora.

Maingueneau discute muito bem essa questão do problema a que a análise do discurso está sujeita ao ter que pontuar exatamente o seu método de análise. Há muitas confusões com os termos discurso e análise do discurso¹⁷, que não são coincidentes.

Concebemos, entretanto, as noções de discurso e da análise do discurso segundo as reflexões de Possenti (1988), que também entende o discurso “*como colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua com certa finalidade, atividade que sempre se dá numa instância concreta e entre um locutor e um alocutário.*” (p. 49)

Por outro lado, vemos que essa atividade do falante e de todo esse trabalho *sobre* a língua não poderiam ser desvinculados da noção de *uso*, propriamente dito, e das *intenções* de quem fala, em uma determinada instância de discurso, o que nos obriga a considerar, igualmente, as questões pragmáticas quando pretendemos analisar *como* a referência indeterminada é *usada* nos enunciados e o que significa naquele contexto em que foi proferida.

Para tanto, inspiramo-nos nos trabalhos de Maingueneau (1996 a e b). A conduta do autor para a análise da literatura percorrendo as noções de pragmática é um modelo de análise extremamente fecundo, que oferece uma renovação no modo de analisar os textos. Assim como ele, concebemos que:

na perspectiva pragmática, a interpretação dos enunciados não é considerada como uma disposição de unidades dotadas de sentido que bastaria identificar e combinar, mas antes como uma rede de instruções que permitem que o co-enunciador construa o sentido.” (1996 b, p. 21)

¹⁷ Ver *Novas Tendências em Análise do Discurso*, 1989.

1- Uma discussão sobre referência e contexto de situação

A questão da referência tem sido amplamente discutida por diversos lingüistas e filósofos da linguagem e várias são as concepções dos diferentes autores, o que, conseqüentemente, implica uma pluralidade conceitual. Entretanto, a seleção de algumas teorias permite observar pontos em comum entre estas, especificamente no que se refere à relevância do contexto pragmático para a delimitação de um referente.

O estudo da referência é classicamente associado à questão da significação. Referência e significação, porém, são noções distintas, apesar da proximidade de suas relações. Para Frege(1978), cuja influência é relevante para a história da Lógica e Filosofia da Linguagem, a significação é anterior à referência e esta só é possível em virtude daquela, a qual é determinada pelo “modo de apresentação” do objeto referido e pelas “descrições” desse objeto que possibilitam o próprio ato de referência. Ele acrescenta que a referência só é possível graças ao “sentido”(ou pensamento) e jamais o contrário (o habitual exemplo dessa afirmação é um unicórnio, que tem sentido mas não tem referência).

Entretanto, para o autor, está em questão o “valor de verdade” de uma sentença, que é a sua referência. Por outro lado, chega a refazer essa noção, observando que nem sempre a referência de uma sentença é o seu “valor de verdade”, e acrescenta que, no caso particular dos dêiticos¹⁸, a “descrição” ou o “modo de apresentação” do objeto denotado deve incluir necessariamente as *circunstâncias discursivas* a fim de tornar possível a determinação exata desse singular.

¹⁸ De acordo com Lahud (1979), esse termo não aparece em Frege.

De acordo com Lahud (1979), os estudos sobre a dêixis e a função referencial da linguagem são ainda hoje amplamente discutidos, graças à problemática iniciada por Frege nos quadros de uma “semântica lógica”, já que em Saussure não há espaço para o referente. A relação que se estabelece é de dupla natureza, ou seja, o signo lingüístico apresenta-se pela oposição entre significante e significado, e o referente, ou a “coisa”, o extralingüístico, está fora de qualquer ligação e foge aos “quadros de uma semântica propriamente lingüística”. Entretanto, não se pretende, aqui, colocar em confronto as teorias de diferentes autores, mas abordar alguns conceitos sobre a referência que confirmem sua necessária relação com o contexto discursivo.

Cervoni (1989), da mesma forma, configura a referência pessoal como integrante da problemática discursiva. Em seu capítulo “A Dêixis”, o autor observa a impossibilidade de atribuir um referente preciso aos dêiticos, cuja série mais representativa é **eu, tu, aqui, agora** quando não se tem conhecimento dos “*actantes e do âmbito espaço-temporal da enunciação.*”

Já com base nestes conceitos, é possível observar, como bem o fez Dascal (1982), que, no caso dos pronomes pessoais, a semântica não pode ignorar os aspectos pragmáticos envolvidos na enunciação. Se a referência é tipicamente uma propriedade semântica e se (como Benveniste) se concorda em considerar os aspectos contextuais para a definição satisfatória da referência, sem dúvida, a “solução” seria uma ampliação do quadro teórico da própria semântica, onde houvesse um lugar para o contexto de produção e, sendo assim, a questão da referência acomodar-se-ia de forma mais conveniente. Entretanto, essa questão não cabe no âmbito deste trabalho.

Bar-Hillel (1954), um defensor “explícito” da dependência contextual, sustenta a abstração do contexto de enunciação apenas nos casos mais ou menos irrelevantes para a sentença, mas no caso de “expressões indiciais” (que contêm expressões como **eu, tu, aqui, este,**

aquilo, etc.) geralmente o contexto pragmático para sentenças indiciais não é a garantia de uma eficácia comunicativa. Diferentes receptores podem estar interpretando de maneiras distintas o que o produtor visava comunicar. Ele ainda chama atenção para o fato de que a própria referência “contexto pragmático” é imprecisa, ou mesmo “*intrinsecamente vaga*”.

Com efeito, esta noção de contexto pragmático, ou contexto de enunciação, ou dependência contextual, situação, contexto de produção, contexto situacional, independentemente das diferentes teorias e autores, tem a sua relevância como instrumento indispensável na delimitação de um referente.

A questão contextual na delimitação de um referente também leva a outra “implicação”. Há uma “presunção”: o interlocutor entende ou “pensa que entendeu” e o locutor, por sua vez, também acha que foi compreendido. Parece “racional”, sobretudo, concordar com alguns autores, como Brown & Yule¹⁹, segundo os quais não há conhecimento totalmente partilhado; não há conhecimento absoluto que possa definitivamente estabelecer um referente. Os autores adotam a noção de representação (ou modelo) de discurso, que sugere que um falante (ou escritor), ao produzir um texto, o faz baseado na sua representação individual de um estado de coisas particular. O ouvinte, por sua vez, ao conhecer o texto, construirá uma representação do estado de coisas comunicado pelo falante.

Certamente, Stalnaker (1982), como filósofo da linguagem e pragmaticista, diria que esse “estado de coisas” comunicado pode ser falso, forçado ou fingido, e a “leitura referencial” poderia ser outra porque, segundo ele:

o referir-se é algo que as pessoas fazem com os termos e não algo feito pelos próprios termos. É por isso que a referência é um problema da pragmática, e é por isso que o papel de um termo singular depende menos da categoria sintática

ou semântica do próprio termo (nome próprio, descrição definida, pronome) do que do locutor do contexto, e das pressuposições do locutor naquele contexto.

(p. 78)

Enfim, das diferentes definições aqui abordadas em torno da questão referencial, é possível observar que se trata mais de uma questão pragmática, já que fatores contextuais são o “ponto-chave” para a definição de um referente. Entretanto, depáramo-nos com teorias distintas, o que nos faz mais uma vez concordar com Maingueneau, quando diz que “*a pragmática se apresenta como um conglomerado de campos permeáveis uns aos outros, todos preocupados em estudar a linguagem em contexto.*” (1996 a, p. 03).

¹⁹ *apud Koch*

3- Análise pragmático-discursiva do *você*

Na análise dos enunciados, tomando por base o contexto de produção, é possível verificar que o indeterminador *você* é utilizado como forma de referência a um número indefinido das pessoas do discurso, podendo significar, às vezes:

- a) a soma de locutor, mais interlocutor e “todo mundo” ($1^a + 2^a + 3^a$)
- b) a soma de locutor, mais um grupo específico de pessoas, menos o interlocutor ($1^a - 2^a + 3^a$)
- c) a referência ao próprio locutor ($1^a - 2^a - 3^a$)
- d) a referência a uma 3ª pessoa ($-1^a - 2^a + 3^a$)

Apesar de parecer estranho falar de uma maior ou menor determinação de um indeterminado, associamos essas quatro formas de utilização do pronome ao que denominamos graus de indeterminação (+determinado e -determinado), que estão ligados à inclusão ou não do interlocutor na referência. Ou seja, quando a referência ao interlocutor não é claramente determinada, por corresponder a um número indefinido de pessoas, encontramos aí o grau maior de indeterminação (-determinado), e nos outros casos, quando a referência é mais claramente determinada por situar, de acordo com o contexto, as pessoas envolvidas na referência, temos, então, o grau menor (+determinado). Os enunciados a seguir podem marcar estas distinções.

Começemos por analisar um trecho de uma entrevista, em que o informante (do sexo masculino, 1ª faixa etária) fala sobre teatro, televisão, rádio, cinema e vestuário. Basicamente, o informante está contando ao documentador sobre suas experiências como ator em

peças teatrais, com o grupo, com os tipos de peças, com o público. Observemos como ele se utiliza do pronome indeterminador:

(1) ... então **você** no teatro é tudo... **você** é **você** mesmo... **você** é o personagem e quanto mais personagens **você** interpreta maiores eh: tipos maiores gêneros de vida **você** vai conseguir focar para sua própria vida...entende?...então o negócio **você** ::se sente...se bem ::eh::depois do:: primeiro choque...o choque inicial **você** enfrenta pela primeira vez uma platéia...**você** se sente quando **você** consegue enfrentar essa platéia...

(DID 161)

Pelo contexto desse inquérito, sabemos que o locutor já participou de um grupo de teatro, mas o interlocutor não. Também está no contexto que o interlocutor é um pesquisador ou um estudante de Linguística, o que nos leva a observar que o **você** utilizado pelo informante diz respeito a si próprio, ao que ele sente em relação ao ato de representar. No entanto, a análise demonstra que esse **você** também se estende à classe de indivíduos que fazem teatro, ou seja, o interlocutor fala de si de maneira indeterminada; existe junto a ele um “outro”, ou “outros” que ele também não determina, mas parece supor que os artistas pensam da mesma forma. O interlocutor, nesse caso, estaria incluído (diretamente) na referência somente se fizesse parte do mesmo ramo de atividade.

Parece ficar claro, assim, que o pronome não é a referência ao interlocutor, ou, pelo menos, não somente a ele. Há uma “extensão” de pessoas envolvidas nesse tipo de referência, a qual denominamos *genérica*, que inclui 1ª, 2ª e 3ª pessoas do discurso, e que

caracteriza o maior grau de indeterminação, sendo este o exemplo mais comum da indeterminação do *você*, encontrado no *corpus* de análise.

Desse enunciado ainda podemos observar diversas repetições do pronome indeterminador, o que também foi possível verificar em outros inquiridos. Notemos o segundo exemplo:

(2) ... eu acho que sim eu acho que a arte do retrato é MUITO difícil porque aí *você* exige a semelhança...enquanto se *você* está criando *você* não precisa colocar nenhum padrão...a não ser o padrão da própria obra...certo? quando *você* cria um retrato...*você* está dentro da função naturalista *você* quer CRIAR uma semelhança...que todo mundo olhe e diga o:ilha a:: Elisabete Segunda da Inglaterra...COMo está parecida...certo? então é mais difícil *você* criar...uma figura de mulher qualquer que *você* pode distorcer da maneira que *você* bem :: entender...que *você* pintar de vermelho... não precisa se manter... a cor da tez...uma rosa porque é muito difícil exatamente *você* chegar a esse tom de pele..."

(EF 405)

Observemos que o uso do indeterminador é semelhante ao que assinalamos em (1). A referência (de todos os *você*) é *genérica*, porque pode ser entendida como forma de se referir a vários indivíduos através da referência ao interlocutor, mesmo que este, às vezes, nada tenha a ver com a situação descrita.

Trata-se de uma aula, ministrada por uma professora secundária, segunda faixa etária (sobre a arte pré-histórica: o paleolítico), e na passagem acima ela expressa o seu ponto de vista e discute a criação na pintura naturalista, e transfere para o interlocutor a função de criar, de

transformar, de pintar um retrato. Ou seja, “sem se dar conta”, o interlocutor é chamado a participar de uma experiência e passa a ser o agente da situação. Tal “convite” pode ser visto como uma maneira de aproximar o interlocutor para o que está sendo dito, buscando sua atenção.

Mas, sem dúvida, **você** não é a referência direta ao interlocutor, enquanto indivíduo ali presente na instância discursiva. Em (2), ainda, o interlocutor não é apenas um, como no caso da entrevista, pois trata-se de uma aula para vários interlocutores, o que distancia ainda mais a possibilidade de ser para ele, unicamente, a referência.

Outro fato que se evidencia nessa aula são as repetições do pronome, como vimos em (1), e o interessante é que ocorreram no final da aula, totalizando 11 utilizações de “uma só vez” (havia se utilizado apenas uma vez no meio da aula), o que nos faz supor que se deve a uma maior descontração da locutora, e que estaria também ligado a um momento de “menor formalidade”.

Outro exemplo em que o pronome aparece em “fluxos”, e também em final de inquérito, é o DID 250, uma entrevista com um professor universitário, terceira faixa etária, cujo tema gira em torno de dinheiro, finanças, bancos. A referência é igualmente *genérica*, e entendida como a soma de 1^a, 2^a e 3^a pessoas, quando o locutor fala por ele próprio, pelo seu interlocutor e por “todo mundo”. O efeito pretendido parece igualmente estar relacionado a uma maior aproximação entre interlocutores:

(3) ... aquilo que **você** depositou durante esse período e aquilo que **você** retirou...em cheques... então através disso **você** está controlando isto digamos...é o controle::formal...por assim próximo dizer oficial...mas também na sua caderneta de cheques...se **você** for cuidadosa...**você** controla...porque **você** tem **você** assentou que **você** tem cinco mil cruzeiros no banco...

Neste enunciado, entretanto, notamos que, apesar de a referência (de todos os indeterminadores) ser *genérica*, a quarta utilização do pronome (*se você for cuidadosa*) sugere maior determinação, por estar mais direcionada à documentadora, para quem o professor descreve como controla a sua conta no banco. Parece ser a concordância em gênero que aproxima mais a “pessoa do interlocutor” (2^a), e, em consequência disso, afasta a do locutor (1^a) e demais pessoas (3^a) da referência. Há, então, um campo de transposição entre a indeterminação e a determinação (1^a, 2^a e 3^a).

O enunciado (3) abre espaço, ainda, para podermos observar outra estratégia do indeterminador, que diz respeito à possibilidade de “ocultamento do *eu*” do locutor, de um modo geral. Tal enunciado, deu-se em resposta à seguinte pergunta: “*Professor...como é que o senhor controla a sua conta no banco?*”. Porém, o informante não responde diretamente como ele o faz, e passa, através da referência indeterminada a se expressar. Mas, pelo contexto geral do inquirido, a utilização estratégica de indeterminação do sujeito neste trecho destacado parece dar-se mais em função de aproximação do interlocutor do que de “ocultamento do eu”, que pode ser melhor exemplificado pelo próximo exemplo, no qual uma professora primária, primeira faixa etária, fala sobre alimentação. Esta passagem que se segue é a resposta da informante à documentadora, que lhe havia perguntado como era a dieta do seu regime :

(4) ... não era nada extraordinário viu era até muito comum porque se podia comer de tudo... **você** comia... normalmente verduras...carnes...frutas...legumes...mas tudo em quantidade....restrita...**você** não podia exagerar...na...na quantidade...

Notemos que a informante, na verdade, fala do seu regime, dos alimentos que podia comer e de como devia fazê-lo, mas indetermina sua posição particular no discurso. Não há, todavia, como entender a referência do pronome como referência ao interlocutor porque, afinal, é o regime da informante (e somente dela) que está em jogo.

Outro fato que queremos destacar é que a indeterminação com o *se*²⁰ (*porque se podia comer de tudo*) ocorre no enunciado com o mesmo valor semântico de *você*. Notemos que se houvesse uma substituição entre os dois indeterminadores, o sentido permaneceria o mesmo:

(4.1) ... não era nada de extraordinário viu era até muito comum porque *você*
podia comer de tudo...comia-se... normalmente verduras...

O que se pode observar em relação ao *se* é que o grau de indeterminação é maior, porque há a exclusão do sujeito da ação (1^a). Entre “*porque se podia comer de tudo*” e “*porque você podia comer de tudo*” a indeterminação é evidente; não se sabe exatamente quem é que podia comer de tudo. Mas, no primeiro caso, o emprego de *se* indeterminado, com verbo na 3^a pessoa do singular, tem forte poder de indeterminação, por não implicar e nem incluir necessariamente alguma das três pessoas do discurso. Já no outro caso, apesar de a referência não significar a inclusão necessária da segunda pessoa, há pelo menos a inclusão de uma delas (*você*, no enunciado, equivale a *eu*).

²⁰ Os trabalhos de Ikeda (1977) e Milanez (1982) discutem bem os recursos de indeterminação, entre eles o *se*

Por outro lado, até mesmo o **você**, às vezes, é tão indeterminado referencialmente quanto o **se**, como podemos observar no próximo enunciado, em que o pronome parece mesmo não referir nenhuma das três pessoas:

(5) ... então em Psicologia há modelos...que...não aceitam os testes de modo algum porque...é difícil **você** realmente ter...a medida real do indivíduo a capacidade ou (realização)...REAL do indivíduo...

(EF 377)

Trocando-se **você** pelo **se**, ainda, o grau de indeterminação “maximiza-se”, e passa a equivaler a um “impessoal”, neutro:

(5.1) ... então em Psicologia há modelos...que...não aceitam os testes de modo algum porque...é difícil realmente **se** ter...a medida real do indivíduo...

(idem)

O **se**, acima, mereceria um estudo à parte, mas destaquemos apenas que, quando o **você** pode ser substituído por um **se**, a indeterminação atinge o seu mais alto grau, porque chega a fugir da “esfera pessoal”, caminhando mais para a impessoalidade.

No DID 251, também podemos notar que a referência não é ao interlocutor, e pode ser entendida como a referência a um terceiro elemento, não presente na situação discursiva. Nesta entrevista, o documentador pergunta à informante se haveria, além da empregada, outros empregados com funções específicas, que pudessem auxiliá-la nos serviços domésticos. Sua resposta oferece uma análise interessante:

(6) ... se eu teria tivesse um corpo de empregados especializados () um pra cozinhar:: um pra limpar:: um pra lavar:: outro pra fazer (isso)...pra ...dentro da...não especializados mas...Designados pra aquele trabalho então **você** vai ser cozeira o outro vai ser assim...

(DID 251)

Você, no caso, não é o locutor, nem o interlocutor, mas uma terceira pessoa, que seria **ela**, a cozeira. Notemos que a informante se utiliza dos indefinidos **um**, **outro**, para designar as pessoas (imaginárias) de modo vago, impreciso. Sabe-se que essas pessoas não estão presentes na situação discursiva. Como lembra Maingueneau:

se, efetivamente, os indivíduos que produzem os enunciados só podem ser sujeitos falantes, a classe dos seres à qual é atribuída a responsabilidade do enunciado não é delimitável a priori; num texto, qualquer um pode se constituir como enunciativo: o tempo, o Sol, o Destino, uma palavra...”. Mais adiante o autor comenta: “Nada nos obriga a nos dirigirmos a um indivíduo presente: a enunciação possui justamente o espantoso poder de convocar ipso facto aqueles a quem ela se dirige e que ela constitui como **tu**. (p. 13 b)

O enunciado acima leva-nos a conferir que o fato de a pessoa à qual o pronome refere não estar presente na situação discursiva é mais um dado em favor de que o interlocutor, às vezes, nada tem a ver com a referência. Também devemos considerar que o enunciado remete a uma situação hipotética (*se eu teria tivesse um corpo de empregados...*), que amplia a possibilidade de incluir um número indistinto de pessoas.

Esse enunciado ainda oferece uma análise interessante para notarmos que, muitas vezes, o próprio item lexical antecedente “direciona” a indeterminação pessoal. O contexto mostra que a informante não havia entendido bem a pergunta do documentador, o que a faz retomar a questão da seguinte forma:

(7) ... você se referiu ao trabalho diário não a um trabalho que poderia ter dentro duma casa né? Porque aí seria... () um monte de gente poderia trabalhar...

(DID 251)

Ou seja, o **você** que a informante remete em (6) parece fazer parte desse monte de gente que a própria informante comenta.

O próximo enunciado que tomamos para análise também deixa clara a não-inclusão necessária do interlocutor na referência, interpretada com base no próprio contexto de situação, e, aqui, o emprego do advérbio de tempo (*antigamente*) mais verbo no pretérito imperfeito (*ia*) tem destaque neste processo de delimitação referencial. Vemos que o próprio “item lexical” dirige a significação:

(8) ... **antigamente você** ia no Cine Ipiranga eram umas poltronas ótimas tinha em cima **você** ficava bem acomodada hoje em dia se **você** depois passou uma época que **você** ia ao cinema tinha que ficar de pé numa fila eNORMe...

(DID 234:578)

Podemos entender a referência neste enunciado como a referência à própria locutora, já que era ela quem freqüentava o Cine Ipiranga na época retratada. Mas a referência é a “quem quer que fosse” ao Cine Ipiranga, que, então, desfrutava da comodidade oferecida, ou, também, “quem quer que fosse” ao cinema, tinha que enfrentar uma fila enorme. Notemos que a inclusão da 2ª e 3ª pessoas é meramente hipotética; seu envolvimento aparece apenas como ilustração de uma determinada situação em que qualquer indivíduo poderia se encontrar.

O contexto de produção, enfim, rapidamente faz com que se recupere a significação de referentes e os encaminha para os devidos destinatários. Não há “desentendimento” entre interlocutores; o interlocutor não questionaria a referência, do tipo “*Você, quem?*”, mesmo quando chega a ser impossível incluí-lo na referência, por vários fatores contextuais, como os descritos nos exemplos anteriores, e, neste enunciado, por tratar-se de outra época e de outro grupo de pessoas. Notemos os dois exemplos seguintes, nos quais parece até “impossível” tratar-se de uma referência ao interlocutor:

(9) ... não muda por exemplo...se **você** tem uma Idade Média...

(D2 343)

(10) ...o problema continua o mesmo cidade não é isso **você** eliminou a poluição acabou...

(idem)

A referência em ambos os enunciados certamente não refere a 2ª pessoa, mas deixa claro que o efeito que se produz é o de aproximação, como já assinalamos várias vezes.

Semelhante possibilidade de abrangência referencial tem o pronome **a gente**²¹, e certos SNs como **o indivíduo, o sujeito, o pessoal, o camarada**, que, apesar de serem formas lexicais singularizadas com valor de 3ª pessoa, têm valor semântico muito próximo do **você** indeterminador, atuando no mesmo sentido de exprimir “generalização referencial”, podendo ser entendidos como os não menos indefinidos “qualquer um”, “todo aquele que”, “quem quer que seja”, etc. Os exemplos seguintes mostram que nestes outros indeterminadores também é possível depreender o envolvimento das três pessoas, indistintamente, mas a diferença reside no fato de que tais formas sempre incluem uma delas, diminuindo a possibilidade de referência a uma 3ª pessoa (não-pessoa), que refira a “coisa”, ou o “objeto”. O *corpus* permitiu-nos, ainda, observar que estes outros recursos de indeterminação aparecem no discurso, muitas vezes, em substituição ao **você** num mesmo enunciado:

você e a gente

(11) ... pratos característicos deles né? claro porque se **a gente** vai para um hotel...ahn...de...de classe internacional né?...então aí a comida tranquilamente **você** pode pedir...qualquer tipo de prato...que eles preparam né? .

(DID 235)

Podemos conferir que o conteúdo generalizador dos pronomes **você** e **a gente** é praticamente o mesmo neste enunciado. Os indeterminadores equivalem à soma da (1ª, 2ª e 3ª), significando “qualquer um de nós”, “qualquer pessoa” que vá a esses hotéis pode pedir os pratos característicos oferecidos.

²¹ Em relação ao **a gente** como pronome da 1ª pessoa do plural, que alterna com as formas pronominais **eu** e **nós**, o trabalho de Omena (1978) é uma boa fonte de consulta. Outros trabalhos também abordam a questão, como os de Lemos (1991), Milanez (1983), Castilho (1996), entre outros.

Em **a gente**, todavia, a inclusão das pessoas, e especialmente da 1ª, é mais determinada do que em **você**. Neste último, embora haja a inclusão da 1ª e 3ª que se deduz do contexto de situação, há uma certa imprecisão, talvez pelo fato de estar centralizada à 2ª pessoa.

O SN **o camarada**, no enunciado abaixo, deixa também ilustrada a sua capacidade generalizadora de referência:

você e o camarada

(12)... não sei **o o camarada** pode enfrentar a todas as situações da vida com mais naturalidade sabe?...e com maior preparo...porque o teatro é um e uma escola excelente para **você** se adaptar...

(DID 161)

Apesar de o SN corresponder à 3ª pessoa, pode ser entendido como uma maneira genérica de se referir a “todas as pessoas” (1ª, 2ª e 3ª). Notemos, ainda, que o informante é o mesmo do exemplo (1), quando fazia uso do **você** genérico naquela passagem da entrevista. Aqui, neste exemplo, **o camarada** não parece ser distinto daquelas possíveis pessoas envolvidas no referente **você** (1ª, 2ª e 3ª), nem mesmo do **você** utilizado no final deste enunciado. **O camarada** é todo e qualquer indivíduo que enfrenta situações da vida, e, de acordo com o enunciado seguinte, pelo que se pode depreender do contexto, fazer teatro seria um bom meio de poder enfrentá-las (as situações da vida). O uso literal de “todo mundo”, abaixo, contribui ainda mais para consolidar a noção de abrangência referencial pretendida pelo locutor, como havíamos notado com um “monte de gente”, do exemplo (6):

(13) ... é fabuloso o teatro é fabuloso...TOdo mundo devia de fazer um pouquinho pra...sei lá...pra viver melhor...

(EF 377)

O indeterminador **você** , no final do enunciado (12), poderia ser substituído por **o camarada** sem perder o sentido genérico, assim como **o camarada** poderia ser substituído por **você** . Cada um deles tem a sua significação própria, apesar de exprimirem, num mesmo enunciado, um mesmo sentido.

No exemplo (14), um professor universitário, 31 anos, dá início à sua aula sobre “a demanda da moeda”. Seu discurso é marcado inicialmente pela indeterminação com **as pessoas** .

(14) ... quais as razões que levam **as pessoas** a ...demandarem moeda...o que faz com que num determinado instante de tempo **as pessoas** tenham moeda...no bolso...ou seja quais os motivos que explicam a demanda de ...moeda...por que **as pessoas** procuram moeda por que **as pessoas** reTÊM moeda...”

(EF 338)

Logo depois, mais ou menos no meio de sua exposição, o locutor “abandona” estes indeterminadores e passa a usar o **voce**:

(15) ... no primeiro dia **voce** já.... **voce** tem algumas contas maiores...ou nem assim ou talvez até coisas do tipo...certo? isso aqui é mais realmente uma... **voce** está supondo quarenta cruzeiros por dia...realmente não é bem assim...normalmente os primê/ a tendência é nos primeiros dias do mês **voce** gastar...mais...certo?” //...custo de oportunidade de reter moeda....e qual é o custo de oportunidade de **voce**...reter moeda?...é...ahn:...é o que **voce** deixa de ganhar na alternativa de...comprar um título comprar uma ação...certo?

Estão incluídos nesse **voce** o locutor, os interlocutores e demais indivíduos que, de alguma forma, retêm moeda. Notamos que o locutor começa pela extensão (**as pessoas**), depois indetermina com o **voce**, que não deixou de ser menos genérico. Entretanto, **as pessoas** consolida um alto grau de indeterminação no enunciado (14) pela remissão (claramente determinada) à 3ª pessoa, além de sugerir um distanciamento do locutor (talvez pelo fato já apontado na Parte II, de que nas aulas e conferências o locutor é o porta-voz da teoria), e até mesmo da 2ª pessoa, do interlocutor, que parece juntar-se ao locutor para observar as pessoas (3ª)

de um outro lugar. **Você**, no enunciado (15), já sugere aproximação do interlocutor, uma vez que o locutor implicá-lo na situação, de tal modo que passa a agente desta.

O SN **o indivíduo** igualmente mostrou o mesmo comportamento, ou seja, ele aparece no discurso com a mesma margem de imprecisão referencial e pode significar a referência indistinta às três pessoas do discurso:

(16) ... mas em todo caso...num momento de aperto... **o indivíduo** pode ter essa vantagem...

(DID 250)

Notemos que o inquérito é o mesmo de (3), e **o indivíduo** neste trecho da entrevista significa, igualmente, a soma das três pessoas, indicando “todo e qualquer” indivíduo que tem uma conta em banco, que deposita, que paga contas, e que pode levar algumas vantagens oferecidas por estas instituições.

O *corpus* de análise ainda mostrou outros recursos indeterminadores como **nós**, **eles**, **o sujeito**, **a população**, etc., mas optamos por destacar apenas alguns deles, como os acima descritos, no intuito de só mostrar a semelhança com que ocorrem no discurso quando a intenção do locutor é indeterminar as pessoas envolvidas na referência, recorrendo a formas que designam uma multiplicidade referencial.

Em relação a estas substituições das formas no discurso, só um estudo mais apurado poderia chegar a demarcar fatores que propiciassem (e justificassem) a troca de um pelo

outro²². Deixaremos marcado aqui que o uso de um ou outro recurso está ligado à escolha do falante ao construir seus enunciados.

Outro fato que merece destaque da análise do *corpus* é a alta frequência de emprego da “expressão” **você vê** (e outras variações como **você veja**, **você pode ver**), especialmente nos diálogos entre dois informantes. Em vários inquéritos o pronome aparece acompanhado do verbo ver, mas não necessariamente relacionado ao ato de “ver com os olhos”, enxergar, mas é um ver hipotético. É um modo de buscar a atenção do interlocutor para o seu discurso e nele colocá-lo, através de uma afirmativa: **você vê**, ou seja, o locutor passa ao interlocutor a idéia de que ele sabe do que se trata, porque ele também tem a capacidade de ver, de observar certos fatos, porque são fatos cotidianos, fazem parte do senso comum, ou porque o interlocutor já viu, já ouviu ou pode muito bem vir a observar e concordar com ele. A expressão **você sabe**, apesar de aparecer em número bem menor, mostra comportamento semelhante em relação à **você vê**. Observemos os exemplos:

(17) ... **você vê** em Londres...(você) olha um mapinha qualquer...

(D2 343)

(18) ... para se chamar ao teatro seria através da TV porque **você vê** em todos os lares...o pessoal assiste TV...**você vê** comentado os programas de domingo...

(DID 234)

(19) ... dizem né? -- **você vê** -- dentro da profissão do vendedor ...a coisa mais difícil é(**você**) manter realmente o indivíduo..

²² Weiner e Labov em estudos sobre a alternância dos pronomes generalizadores lembram que a mesma é característica de todos os grupos sociais, com igual proporção de cada variante usada e nenhuma diferenciação social (p. 76) (*apud* Leitão).

(D2 62)

(20) ... e lá em Poços de Caldas **você sabe** lugar pequeno o pessoal vai mesmo muito mais a cinema né?

(DID 234)

Você veja, leitor, que as expressões **você vê**, **você sabe** determinam claramente a referência ao interlocutor. Sua função no discurso, entretanto, parece ser melhor explicada pelos estudos da Análise da Conversação, por sugerir tratar-se de um “marcador conversacional” que, na terminologia de Marcuschi²³: *“são sinais característicos da linguagem falada, muitas vezes desprovidos de conteúdo semântico, que servem para organizar a conversação, interligando os vários segmentos do discurso e engajando os interlocutores no diálogo.”*

É interessante observar que nenhum desses “marcadores” foram encontrados nas EFs, ao contrário das inúmeras utilizações dos mesmos nos D2 e DIDs²⁴, o que sugere que são marcas características dos diálogos, quando há maior proximidade entre os falantes.

²³ *Apud* Castilho (1987)

²⁴ Vale ressaltar que tais construções não foram codificadas na análise, exatamente por serem consideradas determinadas.

4 - Recursos indeterminadores em outras línguas

Em outras línguas, como o espanhol e o francês, também é comum o uso indeterminador de alguns pronomes e “expressões” indeterminadoras, especialmente na linguagem oral.

Em estudos do espanhol de Buenos Aires, Lavandera (1984) registra o pronome indefinido **uno** como alternante de **vos-usted**. **Uno**, morfologicamente, é basicamente um indefinido, mas pode referir-se também à 1ª pessoa. **Vos** e **usted** são as formas pronominais da 2ª pessoa do singular (**vos** para o uso informal e **usted**, formal), mas podem adquirir, de acordo com o “*contexto interacional*”, um significado generalizante, que, assim como **uno**, podem ser parafraseados por “*cualquier otra persona*”. A distinção entre eles está na questão contextual. Segundo Lavandera, **uno** é um indefinido que pode obter um significado “personalizado” pelo contexto lingüístico (gramaticalmente já comporta um significado indefinido), enquanto que **vos-usted** “indefinidos” dependem por completo do “*contexto interacional*”.

Uno ainda se alterna com **yo** (1ª pessoa) para produzir uma divisão do falante em duas partes: ele mesmo e seu “outro”. Exemplo:

Yo entiendo que hay que asumir compromisos políticos, y a mi me resulta muy difícil asumirlos. Y pienso que cada vez más **uno** necesita asumir.

No exemplo, **uno** descreve a conduta que a falante consideraria normal ou adequada para si mesma e **yo** indica que lhe é difícil adotá-la (idem, p. 114).

Yo também alterna com **vos-usted** como meio de modificar o alcance de sua generalização, permitindo uma emissão mais asseverativa com respeito à própria experiência do falante, seus sentimentos, etc., enquanto a alternância com **uno** “produz uma **divisão** do falante de modo que se pode predicar coisas distintas do **eu**” (TA²⁵).

Dubois (1965), analisando a referência pessoal dos pronomes no francês identifica **on** como uma variante indeterminadora que “não comporta marcas de gênero e número; ele pode substituir **il** ou **ils**, ou **elles**; **on** se refere, pois, a um sintagma masculino ou feminino, singular ou plural” (TA).

A característica de **on** é reportar-se a “qualquer um”. Funciona como o **il**, 3ª pessoa, ou seja, é seguido de um verbo que não comporta as marcas de pessoa (terceira do singular). O pronome **on** é suscetível de se substituir todos os outros pronomes pessoais. Ele preenche estas funções porque é um substituto da mesma classe de **je**, **tu** e **il**.

Maingueneau (1996 b) também faz uma análise do funcionamento do **on** e conclui ser esta uma tarefa difícil. Segundo ele, só há uma coisa certa: “*ele subverte a oposição entre ‘pessoa’ e ‘não-pessoa’ ; do mesmo modo, ele apreende os humanos simultaneamente como definidos e como indefinidos, como seres falantes e como indivíduos independentes da fala*” (p. 14).

On é um morfema “notável”, segundo o autor: “*Invariável em gênero e número, sempre sujeito da frase, é associado a um verbo em 3ª pessoa do singular*”. (p. 13). Também pode ser interpretado pelo contexto como **eu**, **tu**, **nós**, **vós**, **eles**, **elas**, **todo mundo**, **todos**.

Maingueneau define-o como detentor de uma verdadeira “*plasticidade semântica para fins particulares*”, e conclui, da análise de uma passagem de *Madame Bovary*:

²⁵ Tradução da Autora

on constitui uma espécie de intercâmbio entre a não-pessoa das personagens evocadas e o **eu** da sonhadora. Estamos no coração do bovarismo, na impossibilidade de dissociar o eu de suas identificações a seres de ficção: Ema não é 'ela mesma' senão atravessada por suas identidades imaginárias." (p. 16)

Outras línguas valem-se dos mesmos recursos indeterminadores e, certamente, esse recursos descritos para o espanhol e o francês não são os únicos empregados pelos falantes dessas línguas.

É interessante também registrar que a remissão ao contexto de situação é inevitável para a significação do referente naquele enunciado.

Outro fato que podemos destacar é a semelhança entre as formas **uno**, **yo**, **vos**, **usted**, **on** e **você**, no que se refere à possibilidade de generalização referencial que as permite, às vezes, ser compreendidas como "qualquer indivíduo", "quem quer que seja". Notemos, ainda, que tanto para **uno/yo** como para **on** os autores assinalam a transcendência de um "eu para o seu outro". Nesta ordem de idéias, poderíamos dizer que, no português (pelo menos com base em nosso *corpus*), o **você**, na maioria dos casos, pode ser interpretado como transcendência não de um "eu para o seu outro", mas de um "eu para vários outros".

Por fim, a mesma referência genérica de alguns pronomes pessoais vem comprovar que a indeterminação é fenômeno marcante nas línguas naturais, e sobre esse aspecto muito se tem ainda a pesquisar. A generalização, em distintas línguas, pode vir a revelar mais sobre o posicionamento dos interlocutores no discurso e as estratégias diversas oferecidas,

mostrando não haver fronteiras para as possibilidades lingüísticas de marcar no discurso a indeterminação.

5. Considerações finais

Da análise pragmático-discursiva desenvolvida, chegamos a pontuar alguns fatores que se mostraram relevantes para a significação do pronome em alguns enunciados. Tais fatores incluem os contextuais, em que estão inseridos fatores lingüísticos e extralingüísticos, a partir dos quais se instrumentaliza a análise.

A relação estabelecida entre interlocutores num determinado contexto de situação é fundamental para se chegar ao significado da referência, que está exata e intimamente ligada à inclusão ou não de alguma das três pessoas do discurso.

Dessa forma, concluímos que a referência indeterminada aparece no discurso podendo ser interpretada como a) a referência ao locutor, mais interlocutor e “todo mundo”; b) a referência ao locutor mais um grupo específico de indivíduos; c) a referência ao próprio locutor; d) a referência à 3ª pessoa.

Tais diferenças levaram-nos a algumas outras conclusões:

- que o pronome pessoal *você* é polissêmico, estratégico e peculiar no sistema de referência pessoal do português do Brasil, indicando que há atrás de uma simples referência uma vasta gama de intenções e efeitos de sentido com os quais o falante constrói o seu discurso;
- que o *você genérico* (em que se incluem as três pessoas do discurso) é utilizado em função de aproximação do interlocutor, através da abrangência indistinta das pessoas;

- que há uma transferência de papéis, na qual o interlocutor passa de ouvinte a agente, ou participante de alguma situação, mesmo que não tenha qualquer relação com a mesma;
- que o locutor se utiliza da referência indeterminada para dirigir-se a si próprio, o que sugere um ocultamento do “eu”;
- que a referência a uma 3ª pessoa, não presente na situação discursiva, de acordo com o contexto, pode ser entendida como um desejo de indeterminar o agente;
- que a referência você, quando pode ser substituída por se sai da esfera do pessoal, dando lugar à impessoalidade;
- que o indeterminador você é usado, em sua maioria, em situações hipotéticas, em que qualquer indivíduo poderia se encontrar;
- que fatores gramaticais também contribuem para identificar a referência, assim como uma análise da utilização do léxico (como é usado, se há o uso de gírias ou expressões da oralidade que contribuem para evidenciar maior ou menor formalidade em alguns momentos do discurso);
- que as diferentes formas de indeterminar a referência nos D2, DIDs e EFs são as mesmas, ou seja, a significação independe da situação de fala na qual é proferido o pronome. O mesmo vale para o sexo e faixa etária do falante. Tais grupos de fatores mostram-se relevantes em termos correlacionais;
- que o grau de formalidade é fator de maior relevância para o uso do indeterminador, e por isso aparece bem menos nas EFs do que nos D2 e DIDs;

- que em muitos enunciados é possível notar-se uma transposição entre a determinação e a indeterminação, o que parece corroborar para a questão da aproximação do interlocutor;
- que o que fica também marcado nessa trajetória de análise é o fato de que o uso indeterminador do pronome está relacionado à escolha do falante, que está ligada, por sua vez, à intenção deste em se fazer entender, através do recurso expressivo que julga mais adequado e que, por fim, identifica o seu estilo;
- que o **você** indeterminador, característico da oralidade, aparece em muitos enunciados alternando-se com outros indeterminadores como o pronome **a gente**, e certos SNs como **o camarada**, **o indivíduo**, **a pessoa**, entre outros, que mostraram comportamento semelhante de indeterminação do referente, com a diferença de que a abrangência que o **você** remete (1^a, 2^a e 3^a) é mais “aproximativa”, e com os SNs há um maior distanciamento do locutor e interlocutor por direcionar mais a referência à 3^a pessoa;
- que outras línguas também fazem uso de recursos indeterminadores, provando que há muito mais fatores envolvidos na indeterminação do que pode imaginar uma lingüística das formas.

SUMMARY

The goal of the job is to focus the personal pronoun on the second person of the speech, **você**, under distinct perspectives: grammatical, sociolinguistics and pragmatic-discursive, having as a goal to prove that not always, the pronoun can be classified only as the reference to the listener, because it occurs many times in the speech as an indeterminating reference, being able to be understood as a reference: a) to the self speaker; b) to the speaker and a specific group of persons but the listener; c) to a third person of the speech; and d) to the speaker and listener and “todo mundo” (“everybody”), “quem quer que seja”(“whoever it is”), indistinctively.

Grammaticaly, based on the Tradicional Normative Grammars the pronoun is classified, mostly, only as a treatment pronoun of the second person, using in the familiar and personal treatments, not being considered its indeterminating function, comonly used by brasilian portuguese speakers.

Under a sociolinguistic analyses we can confirm that the male speakers, of the first age, are those who most use the **você** indeterminator, especially under less formal dialoguing conditions. As a matter of fact, is what most propritiatie the use of this pronoun.

From a pragmatic-discursive analyse it's possible to arrive to the pronoun's meaning at the moment of production, trough the delimitation of the peoples involved in the reference, as of the contextual analyses, of the listener's positioning, their intentions on of all the strategies that surround the discourse.

Keywords: 1) Portuguese Language - pronoun; 2) Portuguese Language - grammar; 3) Sociolinguistics; 4) Pragmatics.

BIBLIOGRAFIA

- ALI, M. Said (1971) "Os pronomes: espécies, formas e significação", in *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Melhoramentos, pp. 92-123.
- ALMEIDA, Napoleão M. de (1969) *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, 6ª ed., São Paulo, Ed. Saraiva.
- ANDRÉ, A. Hildebrando (1982) *Gramática Ilustrada*, 3ª ed., São Paulo, Ed. Moderna Ltda.
- BAR-HILLEL, Y. (1954) "Expressões indiciais", in Dascal, M. (org.) *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*, vol. IV, Campinas, Ed. do Autor, 1982, pp. 81-94.
- BECHARA, Evanildo (1963) *Moderna Gramática Portuguesa*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- BENVENISTE, Émile (1974) "A Natureza dos Pronomes", in *Problemas de Lingüística Geral*, 2ª ed., vol. I, Campinas, Ed. Pontes, 1988 (trad. de *Problèmes de Lingüistique Générale*), pp. 277-283.
- BENVENISTE, Émile (1974) "O Aparelho Formal da Enunciação", in *Problemas de Lingüística Geral*, 2ª ed., vol. II, Campinas, Ed. Pontes, 1989 (trad. de *Problèmes de Lingüistique Générale*), pp. 81-90.

- BERGO, Vitorio (1959) *Erros e Dúvidas de Linguagem*, 5ª ed., Minas Gerais, Lar Católico.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo (1972/73) "Formas de Tratamento e Estruturas Sociais", *Alfa*, 18 (19), Marília, Unesp, pp. 339-381.
- BRAGA, Rubem (1981) *Pero Vaz de Caminha - Carta a El Rey Dom Manuel*, Rio de Janeiro, Record.
- BRANDÃO, Cláudio (1963) *Sintaxe Clássica Portuguesa*, Belo Horizonte, Imprensa da Univ. de Minas Gerais.
- BROWN, Roger & Gilman, Albert (1960) "The Pronouns of Power and Solidarity", in SEBEEK, T. A. *et al.*, *Style in language*, New York, John Wiley; Cambridge, the MIT Press, pp. 253-276.
- BUENO, Silveira (1958) *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, 5ª ed., São Paulo, Ed. Saraiva.
- BUENO, Silveira (1967) *Grande Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, São Paulo, Ed. Saraiva.
- CÂMARA Jr., J Mattoso (1970) *Princípios de Lingüística Geral*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- CÂMARA Jr., J Mattoso (1983) "O Sistema de Pronomes em Português", in *Estrutura da Língua Portuguesa*, 13ª ed., Petrópolis, Vozes, pp. 117-124.

- CASTILHO Ataliba (1996) *Gramática do Português Falado*, Campinas, Unicamp-FAPESP, Vol. IV, pp. 79-166
- CASTILHO, Ataliba T. e Dino Preti (1987) *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*, Vols. I, II e III, São Paulo, T. A. Queiroz Editor, Ltda.
- CEGALLA, P. Domingos (1980) *Novíssima Gramática Portuguesa*, 27^a ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- CERTEAU, Michel de (1996) *A Invenção do Cotidiano*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- CERVONI, Jean (1989) *A Enunciação*, São Paulo, Ed. Ática.
- CINTRA, Luís F. Lindley (1925) *Sobre Formas de Tratamento na Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizontes.
- COUTINHO, Ismael (1976) *Pontos de Gramática Histórica*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- CUNHA, Celso & Cintra, Luís F. Lindley (1985) *Nova Gramática do português contemporâneo*. 2^a ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 268-357.
- CUNHA, Celso (1970) *Gramática do Português Contemporâneo*, Belo Horizonte, Ed. Bernardo Álvares S/A.
- DASCAL, Marcelo (1982) *Fundamentos Metodológicos de Lingüística*, vol. IV, Campinas, Ed. do Autor.

- DUBOIS, Jean (1965) *Grammaire Structurale du Français; nom et pronom*, Paris, Larousse.
- FARACO, Carlos Emílio & MOURA, Francisco M. de (1992) *Gramática*, São Paulo, Ática.
- FREGE, Gottlob (1978) *Lógica e Filosofia da Linguagem*, São Paulo, Ed. Cultrix.
- GOMES, Alfredo (1913) *Grammatica Portuguesa*, 15ª ed. (correcta e “argumentada”), Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- HALLIDAY, Michael & HASAN, Ruqaiya (1976) “Reference”, in *Cohesion in English*, London
- HAUY, Amini B. (1983) *Da Necessidade de uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa*, São Paulo, Ed. Ática.
- IKEDA, Sumiko N. (1977) *A Função do Pronome Se*, São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC SP.
- INFANTE, Ulisses (1995) *Curso de Gramática Aplicada aos Textos*, São Paulo, Ed. Scipione.
- KOCH, Ingedore (1989) *Texto e Coerência*, São Paulo, Ed. Vozes.
- KURY, Adriano da Gama (1990) *Português Básico*, 16ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira.

- LAHUD, Michel (1979) *A propósito da Noção de Déixis*, São Paulo, Ed. Ática.
- LAPA, M. Rodrigues (1975) *Estilística da Língua Portuguesa*, Coimbra, Ed. Limitada.
- LAVANDERA, R. Beatriz (1984) *Variación y Significado*, Buenos Aires, Hachette.
- LEITÃO, M. Lúcia (1985) Dissertação de Mestrado, UFRJ.
- LEMOS M. José (1991) *Os Pronomes Pessoais no Português do Brasil*. Tese de Doutorado UFRJ.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha (1972) "Colocação dos Pronomes", in *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 21ª ed. Rio de Janeiro, J. Olympio.
- LUFT, Celso (1985) *Moderna Gramática Brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. Globo.
- LUZ, João Batista da (1960) *Gramática Elementar*, 12ª ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- LUZ, Marilina dos Santos (1956) "Fórmulas de Tratamento no Português Arcaico" (subsídios para seu estudo), *Revista portuguesa de filologia*. Coimbra, 8 (1/2): 187-252.
- LYONS, John (1979) *Introdução à Linguística Teórica*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- MAINGUENEAU, Dominique (1989) *Novas Tendências em Análise do Discurso*, São Paulo, Pontes Editores.

MAINGUENEAU, Dominique (1995) *O Contexto da Obra Literária*, São Paulo, Martins Fontes.

MAINGUENEAU, Dominique (1996a) *Pragmática para o Discurso Literário*, São Paulo, Martins Fontes.

MAINGUENEAU, Dominique (1996b) *Elementos de Lingüística para o Texto Literário*, São Paulo, Martins Fontes.

MATA, M. Aires da (1964) *Português Fora das Gramáticas*, Belo Horizonte, Ed. Siderosiana.

MELO, C. Gladstone (1978) *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Ao livro Técnico.

MESQUITA M. Roberto & Matos C. Rivas (1995) *Gramática Pedagógica*, 23ª ed., São Paulo, Ed. Saraiva.

MILANEZ, Wânia (1982) *Recursos de Indeterminação do Sujeito*. Dissertação de Mestrado, Unicamp.

NASCENTES, Antenor (1932) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro.

NASCENTES, Antenor (1956) "O Tratamento de 'Você' no Brasil", *Letras*, Curitiba, 5 (6) pp. 114-122.

OMENA, Nelize (1978) "A Alternância entre Nós e A gente na Função de Sujeito",

Dissertação de Mestrado, UFRJ.

POSSENTI, Sírio (1988) *Discurso, Estilo e Subjetividade*, São Paulo, Ed. Martins

Fontes.

STALNAKER, Robert, in Dascal M. (org.) *Fundamentos Metodológicos da*

Linguística, vol. IV, Campinas, Ed. do Autor, 1982, pp.59-80.

TORRES, Almeida (1967) *Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*,

15ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura.

TRUDGILL, Peter (1991) "Sexo e Prestígio Lingüístico", in *Falas masculinas,*

falas femininas?, V. Aebischer e C. Forel (orgs.), São Paulo, Ed.

Braziliense.